

ATA DA 62ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IPHAN

Às dez horas do dia três de dezembro de dois mil e nove, no Salão Nobre da Prefeitura de São João del-Rei, em Minas Gerais, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Angela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Souza Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -, Jeferson Dantas Navolar – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Jorge Lucien München Martins – representante do Ministério das Cidades -, Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia - e Rosina Coeli Alice Parchen – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Arno Wehling, Marcos Castrioto de Azambuja, Marcos Vinícios Vilaça, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes – representantes da sociedade civil -, Denise Pahl Schaan – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Roberto Luiz Bortolotto – representante do Ministério do Turismo. O Presidente cumprimentou os Conselheiros e deu início à sessão agradecendo a presença dos Conselheiros em São João del-Rei. Apresentou agradecimentos à Prefeitura Municipal pela cessão do Salão Nobre e da sua banda para a execução do Hino Nacional. Deu as boas-vindas à Conselheira Rosina Coeli Alice Parchen, que passou a integrar o Conselho como representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Informou a realização do Primeiro Fórum do Patrimônio Cultural Brasileiro em Ouro Preto, nos dias 14 e 15 de dezembro, que tem como perspectiva a construção de um Sistema de Patrimônio, compartilhando as responsabilidades na promoção da identificação e da proteção do patrimônio cultural brasileiro. Informou também o lançamento, pelo Presidente da República, do PAC das Cidades Históricas, considerando uma grande conquista levar a questão do patrimônio para a centralidade da política pública. Considerou o PAC como uma continuidade do programa MONUMENTA, agora incorporado

como política pública que possibilita sua execução com recursos do orçamento da União, enfatizando que representará um investimento de duzentos e vinte milhões no próximo ano. Considerou que a implantação do PAC conduzirá, sob o ponto de vista da articulação, os próximos anos da instituição e será um grande avanço na sua maneira de atuar no campo do patrimônio. Assinalou a possibilidade da inversão do processo de inoperância, de insignificância das ações institucionais do IPHAN. Afirmou que o volume de recursos, a possibilidade de trabalhar de forma transversal, a possibilidade de criar um Sistema de Proteção de Patrimônio incluindo instituições estaduais e municipais, significará a colocação do patrimônio dentro de uma pauta política, de uma pauta de desenvolvimento do país. Prosseguindo, o Presidente deu início aos trabalhos e concedeu a palavra à Conselheira Jurema Machado. A Conselheira cumprimentou o Presidente e observou que o uso dos recursos possibilitados pela conjuntura econômica com o grau de maturidade explicitado na sua exposição fará a grande diferença. O Presidente retomou a palavra para referir-se às duas propostas iniciais de tombamento incluídas na pauta – **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá, PR, e Centro Histórico de Iguape, SP**, observando que elas resultam de um trabalho que o IPHAN está desenvolvendo em escala regional brasileira, e passou a palavra ao Diretor do DEPAM, arquiteto Dalmo Vieira Filho, para a seguinte introdução: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Exatamente como disse o Presidente, o IPHAN está trazendo a este Conselho o produto de uma estratégia implantada na gestão atual do IPHAN, que visa direcionar os processos de tombamento para análises de territórios culturais, que podem ter base geográfica ou base temática, como é o caso de hoje. Gostaria de trazer mais uma vez à consideração desse Conselho uma série de propostas de tombamento relacionadas com a estratégia do IPHAN de aumentar o estoque patrimonial, a significância do patrimônio do país e a significação do conjunto de bens tombados. O primeiro foi o processo de Bens Integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração, quando sessenta e quatro bens foram tombados em uma única reunião, em sessão conjunta com o Conselho de Cultura de Santa Catarina, que decretou o tombamento de um número ainda maior de bens, no que foi acompanhado pelos 10 municípios integrantes do projeto. Depois foi o tombamento de João Pessoa, iniciando o reconhecimento do valor das áreas centrais das capitais do norte e nordeste, seguido pelo Bairro do Comércio em Salvador, na última sessão. Os processos de Natal e Belém estão concluídos, os de Manaus e Rio Branco estão em fase final. Na sequência, a rede de patrimônios do Piauí, também trazida à consideração desse Conselho com o

tombamento de Parnaíba, a segunda maior cidade do Estado. além da Ponte João Luís Ferreira e da Floresta Fóssil sobre o Rio Poti. Cito apenas, para destacar, que os últimos tombamentos de bens e imóveis no Piauí tinham sido feitos em 1940. A Casa de Chico Mendes também representou um marco na trajetória de tombamento de bens imóveis no Brasil, valorizado sobremaneira por um parecer do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses. Cidades importantes como São Felix, Serra do Navio e Santa Tereza, além de processos importantes como o dos Remanescentes da Imigração Japonesa em São Paulo também foram concluídos na parte técnica, estão na Procuradoria Federal do IPHAN. Hoje abordaremos os dois núcleos urbanos mais representativos do primeiro ciclo do ouro no Brasil, o da repartição do sul, representado por Iguape e Paranaguá. Esses processos não estão formalmente acompanhados das normativas por razões específicas. Em Iguape, essa normativa está contratada, mas o núcleo, tombado pelo Governo do Estado de São Paulo, é zelosamente mantido pela Prefeitura Municipal, aqui representada; e o IPHAN incorporou esses parâmetros desde a notificação de tombamento do centro histórico. O mesmo ocorreu com o Paranaguá, onde as normas vigentes foram estabelecidas, em conjunto, pelo IPHAN, pela Secretaria de Cultura do Paraná e com a Prefeitura de Paranaguá, Município representado pelo seu Prefeito, e hoje integram o Plano Diretor da Cidade. Em Campo Grande, o conjunto proposto para tombamento é menor, os bens estão nominados no processo e a área de entorno será mantida com seus volumes e parâmetros urbanísticos atuais. Vou fazer uma ligeira apresentação desse processo de conhecimento de um dos universos culturais disputados que é da repartição do Sul. A repartição do sul marca os primórdios da mineração do ouro e a fundação de algumas das primeiras vilas do país. Esse foi um dos primeiros estudos de universos culturais contratados pelo IPHAN e contou com a participação do Prof. Nestor Goulart Reis na sua coordenação. Infelizmente ele não pode estar presente, mas ele foi o coordenador técnico desse estudo que se desenvolveu por três Estados: São Paulo, Paraná e Santa Catarina. É importante, porque essa visão de suprir lacunas na abrangência dos tombamentos efetuados pelo IPHAN nos últimos 70 anos, tentando sempre implantar essas propostas de tombamentos numa visão de rede, onde os bens se conectam e contribuem para explicitar seus valores para a sociedade. Agregando-se ao conceito de paisagem cultural, nesses estudos foram consideradas a estrutura do território e suas características geográficas, as formas de articulação da ocupação urbana, o intercâmbio cultural entre colonizadores e populações indígenas, as formas de organização social e as atividades

econômicas que justificaram a implantação de uma rede urbana no sul do Brasil, ainda no século dezesseis. Esse momento da história do ouro, esse momento da história econômica do país, ainda pouco conhecido, se relaciona com algumas das primeiras fundações e núcleos urbanos no Brasil e com várias especificidades ainda não devidamente ressaltadas. Foi o primeiro local onde descobriram o ouro no Brasil, mas a extração desse ouro com técnicas rudimentares, baseada na mão-de-obra indígena, era muito incipiente. Havia uma diferença também fundiária na maneira como se deu essa exploração, ela ocorreu a partir de áreas amplas outorgadas a donatários. Houve um rápido esgotamento dos veios do ouro que resultou na formação de uma rede urbana muito dinâmica e interligada por caminhos indígenas, caminhos que foram apropriados pela colonização portuguesa. O segundo momento do ouro foi bastante diferente do primeiro, na repartição do sul. O número de vilas e de núcleos urbanos, no século XVII, estruturados no sul do Brasil, é igual e em alguns momentos supera os das cidades do nordeste que já viviam o apogeu do ciclo do açúcar naquele período. Há uma diferença importante destacada no estudo do Prof. Nestor Goulart Reis, que vai desde a serra do Jaraguá até o norte de Santa Catarina, território geográfico onde ocorreram esses achados, essa rede de caminhos interligados, enquanto que no Nordeste a comunicação entre os grupos urbanos se dava basicamente por via marítima. No sul, a comunicação por via marítima era importante, mas toda região estava interligada por esses caminhos de uso da população indígena. Há uma ligeira cronologia em relação a esses eventos. Então, em 1690 foram descobertos os primeiros veios de ouro em Minas Gerais. Com o mapa atual indicando os principais locais dessas redes de cidades e a formação da rede urbana decorrente do ciclo do ouro no sul Brasil, ficou demonstrado que a rede urbana era pouco densa em todo território, as cidades eram afastadas e com número reduzido de habitantes, situadas principalmente nos caminhos e acessos às lavras, e ocorreu uma estruturação da rede em caminhos a partir das trilhas indígenas. O trabalho definiu alguns pontos a serem destacados, valores comuns a serem preservados, o encontro de duas culturas do ponto de vista da tradição luso brasileira. Do ponto de vista indígena foi apropriado o conhecimento do território, em especial dos caminhos e dos rios navegáveis, e a mobilidade do território graças às atividades de caça, pesca e coleta, contribuindo para a expansão da colonização portuguesa para além da linha de Tordesilhas e para descoberta das primeiras lavras de ouro no sul do Brasil. A ocupação dessa região foi essencial para o salto estratégico que resultou na definição dos limites do sul e na configuração do território do Brasil, na chamada América Meridional. Esses pontos em destaque

foram propostos pela equipe coordenada pelo Conselheiro Nestor Goulart Reis. Essa é uma síntese muito ligeira sobre esse trabalho cuja duas primeiras conseqüências são as propostas de tombamento de Paranaguá e Iguape.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Superintendente do IPHAN no Paraná, José La Pastina Filho, para a apresentação da proposta de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá. Inicialmente, o Superintendente desejou homenagear o Professor Davi Antonio da Silva Carneiro, primeiro representante do IPHAN no Estado do Paraná; o Professor Luís Saia, Chefe do 4º Distrito do IPHAN, que abrangia toda a região Sul; o médico e antropólogo Professor José Lourenço Fernandes; e o arquiteto Cyro Correa Lyra, responsável pelas primeiras restaurações na Cidade de Paranaguá, e Coordenador Geral do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; e o Professor Nestor Goulart Reis, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, mestre estudioso do Brasil Colonial, autor do trabalho que foi apresentado pelo Diretor do DEPAM. Em seguida, com base no vídeo projetado, fez uma explanação sobre a proposta contida no processo em pauta. O Presidente, após agradecer, concedeu a palavra à Conselheira Rosina Coeli Alice Parchen, para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: 1097T83 - CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. PARECER REFERENTE AO PROCESSO DE TOMBAMENTO N. 1.097-T-83. **“Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá – Paraná”.** **O Processo** - O presente processo é composto de quatro volumes, sendo o primeiro deles com capa do Serviço Público Federal, contendo os documentos iniciais e de tramitação, iniciado em 1983. Os outros três volumes são encadernados com espiral e capas plásticas e contêm a instrução do processo propriamente dita, com histórico, legislações, descrição arquitetônica e urbanística, fotos, mapas e plantas e a proposta de proteção da área e da área envoltória, elaborados em 2007. **A instrução do processo** - Em outubro de 1983 foi feita a primeira solicitação de tombamento ao IPHAN, pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística. Na ocasião, a 9ª DR SPHAN, a arquiteta Dora Alcântara e o arquiteto Luiz Antonio Dias de Andrade pronunciaram-se quanto ao conjunto arquitetônico de Paranaguá, detentor de significativos valores culturais. Entre 1984 e 1988 o processo tramitou internamente. Em 1988, houve um novo pedido da Prefeitura Municipal, ao IPHAN, para o tombamento do centro histórico de Paranaguá. Em 1998, em caráter de urgência, o DEPROT solicitou à 10ª CR-PR instrução de processo de tombamento. Em 2006, a gerência de Proteção do DEPAM, solicitou

à 10ª SR, estudos minuciosos sobre o Centro Histórico de Paranaguá, para a instrução do processo de Tombamento, visando a sua conclusão. Em 2007, a 10ª SR encaminhou ao diretor do DEPAM, os documentos compostos de três volumes e um CD ROM, com a instrução do processo de Tombamento, 1.097-T- 83. O processo passou à Gerência de Proteção e foi encaminhado à SR novamente, solicitando dados complementares que foram viabilizados imediatamente. Com o parecer do arquiteto Luiz Fernando P. N. Franco, da Gerência de Proteção, fez-se a recomendação para o Tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paranaguá, em 28 de outubro de 2008. Esta indicação foi, posteriormente, endossada pela análise final efetuada pela arquiteta Jurema Kopke Arnaut. O processo passou, então, para a avaliação da AGU-PGF que, após análise da documentação, concluiu que o processo 1097-T-83, estava em condições de ser submetido à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Procedeu-se à Notificação do Tombamento, contendo a descrição da poligonal do tombamento e de seu entorno, publicado em DOU, em 05 de maio de 2009. Constam do final do processo, as correspondências enviadas pela presidência do IPHAN ao Governador do Estado do Paraná, ao Prefeito Municipal de Paranaguá e ao Gerente do SPU no Paraná, em 08 de maio de 2009, a cópia da notificação e o jornal onde foi publicada. O presente processo teve seu início com o nome de “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá” e em suas páginas finais é identificado como “Conjunto Histórico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá”.

AÇÕES DE PROTEÇÃO À ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO - Iniciativas da União Federal - As ações de proteção, em Paranaguá, tiveram início em 1938, com os primeiros tombamentos nacionais, o do Antigo Colégio dos Jesuítas e o da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel. Em 1967, receberam o reconhecimento do governo federal, as Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e da Irmandade São Benedito. O IPHAN, por meio da 10ª SE-Pr, está investindo em projetos e obras de restauração de inúmeros bens que integram a área tombada pelo Estado, tais como a Casa Dacheux, o Mercado do Artesanato, a antiga Agência de Rendas e a Estação Ferroviária. Também está realizando o Inventário Nacional de Referências Culturais de Paranaguá. **Iniciativas do Estado do Paraná** - A instituição estadual de Patrimônio Cultural do Paraná é a segunda mais antiga do país. O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico foi instituído por Lei, em 1948 e a Lei Estadual de Proteção ao Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Paraná foi sancionada em 1953. O Estado do Paraná estabeleceu suas primeiras ações, a partir de 1962, com a primeira inscrição de tombamento-

Igreja de São Francisco, seguida da Igreja de São Benedito, com seu acervo de bens móveis. Em 1965, o estado promoveu a restauração da Igreja de São Benedito, sob a coordenação do arquiteto Cyro Correa Lyra, então Diretor do Patrimônio Cultural do Paraná. Neste mesmo ano iniciou-se a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Paranaguá, sob a coordenação do arquiteto Cyro Correa Lyra, que foi concluído em 1969, quando suas principais propostas foram votadas pela Câmara Municipal e resultaram na Lei de Zoneamento, com a delimitação do Centro Histórico dotado de parâmetros urbanísticos para a sua proteção. A implantação do Plano Diretor foi fundamental para a manutenção da escala e do traçado urbanos desse centro histórico. A importância de Paranaguá no contexto do Patrimônio Cultural do Paraná é evidente, pois lá encontra-se o segundo maior número de bens protegidos, no estado, sendo suplantado apenas por Curitiba. São tombados pelo Estado do Paraná, em Paranaguá: Casa Elfrida Lobo, Casa onde moraram Brasília Itiberê e Monsenhor Celso, Estação Ferroviária, Fonte Velha, Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário, Ilha do Mel, Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha, Jazigo da Família Correa, Original da Obra Memória Histórica da Cidade de Vieira dos Santos, Palacete Visconde de Nacar, o Prédio da Antiga Alfândega. A maior iniciativa estadual de proteção ao patrimônio cultural paranaense se deu em 1990 com o tombamento do Centro Histórico da cidade. A partir desse tombamento, em uma ação conjunta do estado, do município e do governo federal, foi estabelecido o Plano de Ação para a recuperação da área, que teve início em 1993 e continua até hoje. **ASPECTOS DA DINÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ** - O conjunto urbanístico e arquitetônico predominante é aquele construído em meados do século XIX e início do XX, que se mescla aos construídos no século XVIII. Está razoavelmente conservado. Está ocupado por residências, pequenos hotéis, restaurantes, cafés, mercados, instituições bancárias e públicas, igrejas e comércio em geral. Paranaguá participou das transformações econômicas do Estado do Paraná, como o seu maior porto exportador. Nos anos 60, a cidade passou por um surto de riqueza advinda da economia da produção cafeeira coincidente com a pujança econômica do Estado, época em que se iniciava o desenvolvimento das cidades e a verticalização pressupunha a substituição do antigo pelo novo. Naquele momento o desenvolvimento do Plano Diretor foi fundamental para a preservação do conjunto arquitetônico e do traçado urbanístico do centro histórico. Paranaguá, hoje, não mantém a população tradicional em seu centro histórico que é ocupado, em sua maioria, por pessoas oriundas de outras regiões do país e do exterior, que lá se

estabeleceram em função do porto e do comércio e se utilizam das estruturas remanescentes. É importante salientar que na área ainda persiste o comércio que atende aos moradores não apenas da cidade, mas de toda a baía de Paranaguá. **PARECER** - Os referenciais históricos, urbanísticos, arquitetônicos, sociais e culturais de Paranaguá que chegaram aos nossos dias, aliados às qualidades paisagísticas, fazem deste sítio, integrado à singular paisagem natural do complexo estuário-lagunar Iguape, Cananéia, Paranaguá, um local ímpar na costa brasileira. Fortaleza, Colégio dos Jesuítas e Igrejas do século XVIII, convivem harmonicamente com as estruturas urbanas do século XIX, com os edifícios do século XX e com as transformações sócio-culturais atuais, configurando um conjunto que é merecedor do reconhecimento como Patrimônio Cultural da nação brasileira. Assim sendo, sou de parecer favorável à inscrição do bem, sob o título de “Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá- Paraná” no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. São João Del Rei, 03 de dezembro de 2009. Rosina Coeli Alice Parchen. Conselheira Relatora”. O Presidente, após agradecer à Relatora, concedeu a palavra ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses para o seguinte questionamento: “Conselheira Rosina, eu queria alguma informação com relação à delimitação do tombamento que está sendo proposta, em referência às delimitações anteriores, isto é, da Lei de Zoneamento de 1969; à delimitação do Centro Histórico no tombamento estadual de 1990; no Plano de Ação de 1993; e no Plano Diretor atual. Há alguma correspondência, há alguma divergência? Em segundo lugar, se o tombamento também for de natureza paisagística, que elementos foram considerados para justamente influir junto com esse objeto do centro histórico? Porque na sua análise esse aspecto ficou implícito.” A Conselheira Rosina Parchen apresentou os seguintes esclarecimentos: “Sim. O tombamento Estadual levou em consideração a delimitação estabelecida no Plano Diretor de 1969, a própria Prefeitura tomou os parâmetros de uso e ocupação da área estabelecida com o tombamento Estadual e transformou esses parâmetros em lei de zoneamento. A Prefeitura trabalha em consonância com o Estado do Paraná e disciplina também as ações de uma área envoltória criada. O tombamento federal ocupa a mesma área protegida pelo Estado e cria a área envoltória que o Estado do Paraná não tem, mas é definida pelo Município. Há uma coincidência das três instâncias de proteção sobre a mesma área. Quanto ao aspecto paisagístico, da análise toda e do conhecimento que tenho do Município é implícito o valor paisagístico, por isso, inclusive, sugiro que a denominação na inscrição do tombamento não seja Conjunto Arquitetônico e Urbanístico e sim Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá.

E esse tombamento também levou em consideração tanto na definição da área estadual, quanto na área federal, uma extensão da área de abrangência ao rio Itiberê, para sua proteção, procurando evitar o que aconteceu com muita rapidez na cidade, que foi, não o assoreamento do rio, mas uma extensão na área que chamamos de aterramento portuário, bastante grande. Para preservar essa paisagem é importante que a área natural esteja incluída”. A Conselheira Jurema Machado tomou a palavra para as seguintes considerações: “Eu tinha a mesma pergunta do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, e na seqüência faço a próxima. Uma das dúvidas que tenho, considerando o fato de Paranaguá ser um porto muito importante, é sobre a relação dessa área com a região portuária que, do ponto de vista do uso do solo, funciona como área central. Ela tem esse papel? Se entendi bem ela tem uma área de comércio no centro dinâmico de Paranaguá, mas a relação dela com o porto não me pareceu muito evidente. A Conselheira Rosina Parchen retomou a palavra para os seguintes esclarecimentos: “Uma parte do centro histórico integra o centro comercial, tem essa dinâmica, mesmo transformada em patrimônio, mesmo tendo uma legislação que restringe o acesso de caminhões e ônibus, manteve essa relação com o comércio da região, o que sempre nos chamou a atenção. E o comércio acontece na margem do rio. É um centro que tem muito dinamismo, está bastante distante do porto. O porto está situado em outra área da cidade. Certamente as iniciativas de proteção federal, a partir de 1938, deram essa configuração de proteção a determinados edifícios e suas áreas. E no tombamento feito pelo Estado do Paraná, em 1990, coincidem as áreas dos tombamentos individuais e suas áreas de proteção, bem como coincidem para o tombamento federal.” O Presidente tomou a palavra para destacar o aspecto do fortalecimento de uma política que vem sendo executada de forma compartilhada com os órgãos locais. Observou também que alguns instrumentos na política pública não poderiam ser aplicados sem o tombamento federal. O Conselheiro Jeferson Dantas Navolar tomou a palavra para cumprimentar a Presidência do IPHAN pela expansão da sua atuação, já reconhecida, que se consolida agora com o PAC e com o Programa de Cidades Históricas. Solicitou à Presidência do Conselho avaliasse a possibilidade dessas apresentações serem distribuídas aos Conselheiros e encaminhadas aos profissionais e à sociedade em geral.” O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses tomou a palavra para indagar se as três áreas indicadas na proposta do setor técnico do IPHAN foram mantidas no parecer da Conselheira Relatora e para solicitar um esclarecimento sobre a localização da área prevista para proteção paisagística. A Conselheira Relatora informou que manteve em seu parecer as três áreas propostas. Esclareceu que atribuiu valor paisagístico à

área que adentra o Rio Itiberê e dialoga com a ilha em frente e com toda a escala construída que deverá ser protegida de alguma forma. Porque, estando no rio, tem-se a visão do perfil do Centro Histórico emoldurado pela Serra do Mar, que está ao fundo.” Respondendo à pergunta do Presidente sobre o seu questionamento quanto tombamento fundamentado também no valor paisagístico do conjunto, o Conselheiro Ulpiano Toledo de Meneses, apresentou as seguintes observações: “É uma questão de informação complementar. Mas a questão em aberto é justamente a consideração de um patrimônio paisagístico que não me parece claro, e não foi analisado no mérito. Vale a pena analisar o mérito. Primeiro definir o objeto, e em segundo lugar analisar o mérito. São duas questões. Não está explicitado o objeto que precisaria portanto ser configurado, não sei se há uma circunscrição espacial. E, em segundo lugar, uma avaliação de mérito do que foi proposto nos diversos estudos.” O Presidente concedeu a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, Dalmo Vieira Filho, que ressaltou o valor paisagístico destacado pela Conselheira Relatora no seguinte aspecto: a grande maioria das cidades litorâneas brasileiras teve a relação com o mar usurpada pelos grandes aterros viários do séc. XX. Isso vale para o Rio de Janeiro, Florianópolis, para praticamente todas as cidades do Brasil. Paranaguá é uma das poucas cidades que, embora tenha ocorrido um aterro parcial na testada do Colégio dos Jesuítas, toda a relação do coração do centro histórico se dá com o Rio Itiberê. É exatamente a característica marcante do centro histórico de Paranaguá, a relação com o rio. Toda a cidade vê o rio, e é vista a partir do Rio Itiberê. E ainda em dias claros terá o perfil da Serra do Mar como pano de fundo.” O Presidente tomou a palavra para admitir a possibilidade da existência de valor paisagístico, que, entretanto, não estava demonstrado no processo. Propôs então o adiamento da análise desse valor, limitando a votação do tombamento aos valores explicitados nos autos. Assim, colocou em votação o tombamento do **Centro Histórico de Paranaguá**, no Estado do Paraná, a que se refere o Processo nº 1.097-T-83 (nº 01508.000565/2008-12), e não havendo manifestação contrária, declarou o **Centro Histórico de Paranaguá** tombado por unanimidade, devendo ser inscrito no Livro do Tombo Histórico. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Prefeito Municipal de Paranaguá, José Barca Filho, que agradeceu ao Conselho o tombamento, medida que tem o apoio entusiasmado da população daquela cidade. Destacou também o trabalho conjunto do IPHAN, por intermédio do seu Superintendente no Estado do Paraná, da Secretaria de Estado da Cultura e do Município de Paranaguá. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar da proposta contida no Processo nº 1.584-

T-2009, para tombamento do **Centro Histórico de Iguape**, no Estado de São Paulo, e concedeu a palavra à Superintendente do IPHAN no Estado de São Paulo, Anna Beatriz Ayrosa Galvão, para apresentar o audiovisual referente à proposta em exame. A Superintendente cumprimentou o Presidente e os membros do Conselho, a Prefeita de Iguape, Maria Elizabeth Negrão Silva, e destacou a coincidência da Cidade de Iguape completar, naquela data, quatrocentos e setenta e um anos. Após a projeção do audiovisual, a Superintendente ressaltou a divisão da poligonal proposta para tombamento em três áreas: o conjunto urbano de Iguape; o complexo portuário que liga o porto do Rio Ribeira ao porto marítimo; e o Morro Spier que faz parte do Complexo da Reserva Mata Atlântica Sudoeste listada pela UNESCO, em 1999, como Patrimônio Natural da Humanidade. Registrou que o dossiê foi feito em tempo bastante curto, a partir do empenho e da qualidade da equipe técnica da Superintendência, em parceria extremamente saudável com a comunidade iguapense e com a Prefeitura Municipal de Iguape. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Phelipe Andrès para a apresentação do seu parecer, transcrito seguir: “Processo de Tombamento nº 1584-T-2009 “**Núcleo Urbano Histórico de Iguape/SP**”. Exmo. Sr. Presidente do IPHAN. **Srs. Conselheiros.** Foi com muita honra que recebi do Sr. Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, através da Profª Anna Maria Serpa Barroso, a incumbência de examinar e opinar sobre este processo que trata do pedido de tombamento do **Núcleo Urbano Histórico de Iguape, no município de Iguape, estado de São Paulo**. Em primeiro lugar veio a obrigatoriedade de conhecer “in loco” a cidade e os sítios no entorno do objeto desta proposição. Solicitei ao IPHAN as condições para me deslocar de São Luís do Maranhão até aquele município do litoral sul de São Paulo, havendo sido gentilmente acolhido pela equipe da Superintendência de São Paulo, através de sua titular, a arquiteta Anna Beatriz Ayrosa Galvão. A rota das estradas que segui, da capital paulista até o município de Iguape percorre o caminho inverso ao que traçavam os desbravadores deste território no início do descobrimento, no século dezesseis e nos introduz na magnífica paisagem do Vale do Ribeira, descendo pelas vertentes que hoje se cobrem de extensas plantações de bananeiras, para em seguida descortinarmos o baixio verdejante por onde serpenteia o rio Ribeira do Iguape, em cujas margens inundáveis e férteis vicejaram no século XIX, os campos de plantio de arroz. O trajeto nos aproxima da única região do país onde a Mata Atlântica tem sido preservada em razoáveis proporções e até próximo ao mar, onde encontramos a vegetação litorânea do complexo lagunar de Cananéia e Iguape que irá nos conduzir até o Parque Nacional da Juréia já reconhecido pela

UNESCO na lista do patrimônio natural da Humanidade. A viagem em si é um intróito ao território que vamos percorrer na história. Em Iguape fomos recebidos pela prefeita Maria Elizabeth Negrão Silva, que assinou o pedido formal pelo tombamento feito em junho de 2008. Após reunião com sua equipe de governo, seguimos acompanhados em toda a visita, pelo Diretor do Departamento de Cultura do Município, Carlos Alberto Pereira Júnior e pela arquiteta Carina Mendes dos Santos Melo, da Superintendência do IPHAN, que nos prestaram o apoio técnico e logístico na missão de reconhecimento do sítio. Carlos Alberto é também o organizador de excelente publicação denominada “IGUAPE, Princesa do Litoral”, que registra a história do município contada através dos aspectos arqueológicos, geográficos, políticos, sociais e econômicos que deram origem a uma peculiar forma de ocupação das largas extensões do litoral sul de São Paulo. Trata-se de um texto didático, ilustrado com fotografias, mapas e gravuras de época e que traduz a importância do patrimônio cultural representado no acervo de arquitetura urbana, rural e do patrimônio imaterial do vale do Ribeira e do território lagunar, e que foi levado em consideração na avaliação que fizemos. Foi nesta ocasião que recebi o dossiê e pude constatar a qualidade do conjunto de estudos cuidadosamente preparados entre junho de 2008 e fevereiro de 2009, como fruto de estreita colaboração entre a prefeitura de Iguape, técnicos da Superintendência do IPHAN e do Departamento de Patrimônio Material/DEPAM e do qual passo a me ocupar, com intuito de oferecer aos senhores conselheiros e conselheiras, uma síntese fiel das informações, que lhes permita estabelecer um juízo sobre a proposta de tombamento. Anexo ao processo estão quatro volumes onde se pode notar o crescente aperfeiçoamento técnico na elaboração dos dossiês para as candidaturas ao título de Patrimônio Histórico Nacional. Neste caso pela equipe da Superintendência de São Paulo, sob a coordenação da Arqtª Flavia Brito do Nascimento e da Geógrafa Simone Scifoni. O procedimento inicia-se com o Ofício Especial da prefeita municipal de Iguape, Maria Elizabeth Negrão Silva, dirigido ao Diretor do DEPAM onde, após uma breve e articulada exposição de motivos, solicita “*o tombamento do Centro Histórico de IGUAPE, de seu entorno, de imóveis históricos isolados e de áreas naturais assim como expressões intangíveis ligadas a tradições caiçaras, essência da formação cultural deste povo*”. Seguem-se documentos protocolares de encaminhamento até a presidência do IPHAN, e que incluem o Parecer Técnico do DEPAM, assinado pela arquiteta Maria Regina Weissheimer, Coordenadora de Paisagem Cultural e o Parecer Jurídico da Procuradoria Federal - Órgão Executor da Procuradoria Geral Federal no IPHAN, datado de 11 de novembro de 2009 e

assinado por Antônio Fernando Leal Néri, Procurador Geral. Estão aí anexados o edital e os avisos de notificação do tombamento contendo a descrição técnica minuciosa da poligonal da área de tombamento e do entorno, bem como as cópias de suas publicações em tempo hábil, no Diário Oficial da União. Também constam as comprovações de que já foram devidamente encaminhados e recebidos os ofícios dando ciência do processo em curso, ao Exmo. Sr. Governador de São Paulo, José Serra, à Ilma. Sr^a. Superintendente do SPU do Estado de São Paulo, Evangelina Almeida Pinho e à Exma. Sra. Maria Elizabeth Negrão Silva, Prefeita de Iguape, bem como de que foi publicado em jornais locais, o competente Aviso de Notificação. Quanto ao dossiê é composto de 4 volumes com mais de 1850 páginas de estudos do acervo, assim organizados: o volume do dossiê propriamente e 3 anexos, sendo que os Anexos I e II contém as fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão e o Anexo III, o Relatório da Oficina Mapa do Patrimônio de Iguape. Já no primeiro volume pude examinar os seguintes capítulos:¹ Uma descrição geomorfológica localizando o sítio urbano que se pretende como área a ser tombada no contexto mais amplo de todo o vale do rio Ribeira do Iguape, descrevendo o seu patrimônio natural. Sua história e os aspectos sócio econômicos estão aí apresentados, bem como a dinâmica populacional e as práticas de produção agrícola que tanto determinam a interferência humana na paisagem. Especificamente no que tange ao município de Iguape o documento apresenta descrição dos aspectos históricos, descreve sua paisagem original e as primeiras formas de ocupação humana. *“Um misto de terra e águas qualifica a paisagem original e atual da costa sul paulista, setor onde se encontram localizadas as cidades de Iguape e Cananéia. Trata-se de um amplo setor denominado de Complexo Estuarino-Lagunar que se estende até Paranaguá, composto por um conjunto de canais, braços de mar cercados por ilhas e mangues, estuários de rios e baías, restingas e morros isolados. O complexo estuarino é considerado um dos mais importantes ecossistemas costeiros, um dos mais produtivos do planeta e com uma parcela considerável de manguesais bem preservados, razão pela qual foi incluído nas Reservas de Mata Atlântica do Sudeste, consideradas Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999”*. Para tanto e melhor compreensão do processo de transformações, o dossiê retrocede ao pleistoceno com base em estudos de Azis Ab´Saber que juntamente com Besnard, já no final dos anos 40 pesquisou e registrou as ocorrências de vestígios do passado geológico da região de Cananéia e Iguape, ou se baseia em estudos realizados pelo naturalista alemão Ricardo Krone, que ainda no século dezenove viveu durante 30 anos na região e em 1914 publicou as

primeiras informações etnográficas sobre o vale do rio Ribeira do Iguape. Registra também os estudos de Petrone publicados em 1966 sobre a geografia, confirmando evidências de atividades humanas há cerca de doze mil anos. Todos estes autores se orientaram pelas evidências colhidas em sambaquis localizados ao longo do vale, acervos arqueológicos de valor inestimável e reconhecida importância, motivando importantes trabalhos de eruditos pesquisadores. Hoje estão cadastrados cerca de 140 sítios datados de milhares de anos. Estes esforços têm sido continuados através das pesquisas realizadas pelas equipes do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, cujos resultados estão didaticamente expostos no Museu Histórico e Arqueológico de Iguape. Segue-se análise sobre o sítio urbano e sua relação com o modelo de urbanismo português, considerando a localização, a escolha do sítio e a sua posição no território, descreve os elementos estruturantes do traçado e sua relação com a arquitetura, avaliando inclusive a questão dos quarteirões e loteamentos e a posição estratégica das praças. Enriquece ainda mais o dossiê um histórico da fundação do povoado, oficialmente datada em 03 de Dezembro de 1538, originalmente batizado de “Igoapé”, e os diversos ciclos econômicos que vão desde o período da exploração do ouro (1630 a 1760) passando pela fase de concentração de riquezas geradas na produção e exportação de arroz (1780 a 1910). Fica evidenciado que o primeiro assentamento foi na barra do rio Icapara, então considerada uma posição estratégica para assegurar o controle da região da laguna e do acesso às terras interiores e provavelmente se fez a partir de 1519 por iniciativa de Cosme Fernandes, personagem ao qual se atribui o perfil de haver sido um homem erudito que caiu em desgraça na corte portuguesa e aqui chegou na condição de degredado, trazido em 1502 pela armada de Américo Vespúcio. A ele se aliou o castelhano Ruy Garcia de Mosquera, também reconhecido pelos historiadores locais como liderança responsável pelas principais ações que resultaram na defesa e colonização desta vasta região. O fato é que em 1531, quando de sua expedição, Martin Afonso de Souza se valeu da intermediação dos dois precursores aqui estabelecidos e que já se entendiam com os índios. Entre 1600 e 1614 no entanto, a pequena população estabelecida no Icapara, se ressentia da escassez de água potável bem como da vulnerabilidade do local contra ataques corsários e decide transferir-se para um sítio mais protegido e aos pés do morro da Espia, que recebeu esta denominação exatamente por permitir a vigilância de toda a extensão de praias e prevenir a aproximação de possíveis invasores. O novo local se situa em terreno protegido do mar por faixa de terra conhecida por ilha comprida que se estende por mais de 70 km na paralela da costa e formando

um canal de águas abrigadas, denominado Estuário Lagunar do Mar Pequeno, integrando a região do Lagamar, entre si e o continente e que passa a se constituir em porto seguro para todo o movimento de navios, favorecendo assim o acesso e a comunicação que então se fazia exclusivamente pela via marítima e fluvial. Ao mesmo tempo, ao pé deste morro encontravam-se as fontes de água pura que tanto buscavam os primeiros habitantes. Estas vantagens estratégicas determinaram o sucesso da mudança para o local atual. Em 1577 foi oficialmente criada a Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape e em 1619 elevada à condição de Vila, segundo documento encontrado pelo historiador e engenheiro Ernesto Guilherme Young, natural da Inglaterra e que se radicou em Iguape tornando-se um dos maiores estudiosos de sua história. Acompanha esta análise, uma série de mapas que detalham a expansão urbana de Iguape como consequência de sucessivos momentos da economia local que aqui se inicia com um ciclo de exploração de ouro no início do dezesseis e como em outras partes da colônia, fora sempre baseada na mão de obra escrava para o extrativismo ou para a prática de monoculturas, no caso o arroz, já no século dezenove como produto de exportação e prossegue até aos nossos dias, definindo a expansão da malha urbana ao longo de mais de quatro séculos. Nos informa sobre o grande centro de construção naval que ali se estabeleceu desde os primórdios do dezenove e nos trás para o cenário de modernização representado pela presença da navegação a vapor que aí se instalou também a partir de 1839 até à primeira metade do século vinte. Registra o papel importante da navegação marítima, que fazia a ligação com os portos de Santos e o Rio de Janeiro e a fluvial que estabeleceu linha regular entre Iguape e as povoações do interior e subsistiu até o início do século vinte quando se perderam os últimos navios de cargas e passageiros, falindo as empresas que os exploravam. Há também um estudo de origens e dos antecedentes históricos da conquista do território do vale do Ribeira com informações sobre a forma como se processou a implantação das diversas vilas e povoados como estratégia da Coroa Portuguesa no sentido de obter maior controle sobre as populações e atividades econômicas que aí se desenvolviam. Apresenta os aspectos geográficos, clima, hidrografia, relevo e vegetação e segue descrevendo os bens patrimoniais, sua localização na malha urbana escalonada através do tempo e permitindo uma leitura didática do acervo e do plano urbanístico caracterizando o sítio histórico a ser tombado tudo devidamente acompanhado de rica e detalhada documentação fotográfica e cartográfica. Descreve um episódio marcante para a economia da região, representado pela obra de escavação de um canal de três quilômetros de comprimento por nove

metros de largura média, denominado Valo Grande, ainda no início no século XIX, (1827-1847), uma demorada obra pública de engenharia hidráulica que teve objetivo de diminuir em 23 quilômetros o percurso da navegação fluvial e favorecer a exportação do arroz e demais mercadorias que escoavam pelo porto marítimo. Entretanto a obra que chegou a ser considerada como pioneira da engenharia hidráulica do país, logo se revelou como um grande equívoco, pois a ação erosiva das fortes correntezas do rio Ribeira, atuando com intensidade sobre o solo friável e arenoso da baixada, fez corroer as margens do canal e ampliar suas dimensões a tal ponto que o mesmo passou dos nove metros de largura iniciais para quase trezentos metros em 1914. Esta consequência da ação do homem sobre a natureza acarretou ao mesmo tempo a destruição de largas extensões de suas margens e o completo assoreamento do porto marítimo, impedindo o acesso das embarcações de maior porte e aí sim, inviabilizando o porto e levando a economia da cidade à um longo período de recessão já pelos anos 40 do século vinte. Minucioso em seus detalhes técnicos o dossiê, que na verdade contém o próprio Inventário de Conhecimentos do Patrimônio Edificado no Vale do Ribeira, realizado sob os auspícios da Superintendência do IPHAN em São Paulo, setoriza o centro histórico descrevendo-o rua por rua e identificando cada imóvel no contexto das plantas cadastrais georeferenciadas, com informações completas sobre a natureza da propriedade, uso atual, estado de conservação, categoria e explicitando as características dos antigos bairros, das zonas portuárias e dos entornos. Os exemplares de edificações nas fichas de inventário exibem tipologias arquitetônicas que são um testemunho das contribuições de cada período da história da arquitetura na forma peculiar como se adaptaram aos usos regionais e locais. Os levantamentos aí realizados enfatizam que o desenho urbano resultante, os materiais e técnicas construtivas, assim como a sua inserção no espaço geográfico são muito próprios de uma cidade que nasceu das navegações e fortemente vinculada ao movimento de seus dois portos, um a beira-rio denominado Porto do Ribeira e o outro a beira-mar denominado Porto Grande e que com o passar dos séculos e o surgimento das rodovias, teve o seu fluxo de acessibilidade invertido. Prosseguindo com a avaliação dos estudos que compõe este processo, os anexos I e II do dossiê cada um deles com mais de 600 páginas apresentam as fichas técnicas produzidas durante o Inventário do Conhecimento do Patrimônio Edificado do Vale do Ribeira, com informações sobre o território no contexto histórico e geográfico, geológico e sócio-econômico, características morfológicas, sempre acompanhadas de preciosa documentação iconográfica, incluindo mapas originais dos séculos passados, fotografias de época

e atuais e identificação de cada imóvel. Sobre o aparato institucional que compõe o sistema de proteção cultural e ambiental já em vigor, há neste dossiê informações completas sobre farta legislação existente nos âmbitos municipal, estadual e federal, mostrando logo de início que as áreas envoltórias constituem-se em Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Sudeste, reconhecida pela UNESCO em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002. O dossiê registra uma série de instrumentos legais: 1)- O Decreto Federal nº 90.347 de 23/10 1984 e o decreto nº 91.892 de 06/11/1985 que criaram a APA-Area de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe; 2)- A portaria federal nº 136 da SEMA, que em 11/07/1986 criou a Área de proteção da Juréia; 3)- O Decreto Federal nº 84.976 de 29/07/1980 e o decreto estadual 24.646 de 20/01/1986 que estabeleceram a estação ecológica Juréia-Itatins; 4)- O Decreto Estadual nº 26.719 de 06/02/1987 que criou a Estação Ecológica dos Chauás; 5)- A Lei Municipal nº 937-A/87 que em 24/11/1987 cria o Parque Florestal Municipal do Morro da Espia. No que se refere à proteção no âmbito do Estado há o registro dos tombamentos efetuados pelo CONDEPHAAT: Inicia-se com o processo datado de 17/02/1975 registrando em seu livro do Tombo Histórico o patrimônio arquitetônico do centro histórico estabeleceu categorias de proteção identificando determinados imóveis dentro de “Graus de Proteção” assim discriminados: GP-1 “Proteção Integral”; GP 2 - “Proteção limitada a fachadas cobertura e ornamentos externos”; GP 3 – “Proteção de referência que incide sobre apenas sobre a volumetria e a harmonização arquitetônica e uma última categoria”; GP-4, “Imóveis sujeitos às disposições do Plano Diretor Municipal”. E que no ano de 1986 o CONDEPHAAT Inscreveu no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Maciço da Juréia e Rio Verde e a Serra do Mar e Paranapiacaba. Neste ponto da análise parece alvissareiro como manifestação efetiva do interesse e do compromisso da administração pública local, que o Plano Diretor do Município de Iguape, elaborado de forma participativa em 2006, através de audiências públicas e oficinas, em seu texto final incluiu e contemplou amplamente a preservação de bens culturais: Em seu Art. 15 do Capítulo I, que dispõe sobre os planos e estratégias de desenvolvimento municipal, item LXXIV diz: “preservar, recuperar, sustentar as regiões de interesse histórico, paisagístico, cultural e ambiental; - Na SEÇÃO II, dos artigos 18 a 20 – Do Plano Estratégico-Centro Histórico; há o direcionamento para a Lei Municipal de Tombamento e Lei de Criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, além da possibilidade de ações conjuntas com o órgão de defesa e regulação do Patrimônio em nível nacional. E menciona *“recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais,*

particularmente o Centro Histórico da Cidade de Iguape como uma das diretrizes para o desenvolvimento econômico da cidade. De fato verifica-se que duas recomendações do Plano Diretor foram em seguida implementadas: Em 23 de novembro de 2006 foi sancionada a Lei complementar nº 04, que “*dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial, bem como o conjunto arquitetônico do centro de Iguape, a zona de transição, as zonas de entorno, os imóveis históricos isolados e as áreas naturais*”, na qual está previsto o reconhecimento do município como de relevante importância histórica. A Lei prevê incentivo fiscal com abatimento de até 80% do valor do IPTU devido, dependendo do grau de conservação. Em 20 de junho de 2007 veio a aprovação da Lei nº 1.927, que criou o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico de Iguape, na qual o órgão recebe prerrogativa de deliberativo, contribuindo para a continuidade das ações de forma participativa com a comunidade, com vistas à um processo de gestão integrada. Outro aspecto relevante é que a iniciativa de educação patrimonial realizada pelo IPHAN correu simultaneamente ao processo de Tombamento Municipal, envolvendo a comunidade e propiciando a oportunidade de apropriação do conhecimento. O resultado é que o instituto do tombamento tornou-se hoje um instrumento legal bem aceito e compreendido, devolvendo ao cidadão comum o sentimento de orgulho e valorização. Transparece nos registros acima mencionados que, embora já existam instrumentos de proteção legal criados na esfera do poder local, que a municipalidade confia na atuação do IPHAN na expectativa de se fortalecer através da parceria e do apoio das instituições de nível federal. Já no terceiro anexo do Dossiê encontramos os resultados da Oficina “Mapa do Patrimônio de Iguape” finalizada em dezembro de 2008, como parte integrante do projeto: “Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural do Vale do Ribeira” e também desenvolvido pela Superintendência Regional do IPHAN. A realização da oficina propiciou o envolvimento da população na construção de estratégias de preservação e nos processos de identificação segura daquilo que a própria comunidade reconhece como bens de seu patrimônio cultural. Tornou-se experiência valiosa ao ensejar elaboração de uma lista de bens que foram então destacados através da edição de coletâneas de cartões postais, onde são divulgados para o conjunto da sociedade como forma de socialização do conhecimento e valorização. Entretanto, o cerne da nossa questão é a avaliação da proposta de tombamento. E é no quarto e último capítulo do dossiê que se apresenta a mesma com o mapa demonstrativo. A Proposta compreende uma setorização em três unidades, Setor Núcleo Urbano, Setor Morro da Espia e

Setor Portuário, seguida das descrições da poligonal da área de tombamento e da área de entorno, que estabelece uma faixa regular de amortecimento dos impactos que poderão advir da expansão da cidade contemporânea, reconhecendo as especificidades espaciais no interior deste perímetro e a necessidade de normatização. Ficam assim definidos portanto: **A) Setor Núcleo Urbano.** A proposta para tombamento engloba áreas da cidade de Iguape que correspondem a diversas fases de sua ocupação e retratam as diferentes manifestações arquitetônicas e urbanísticas destes referidos períodos incluídos na poligonal acima definida. Incluem-se neste perímetro construções privadas de uso residencial e comercial, os chamados sobradões, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de São Benedito e a Basílica do Bom Jesus de Iguape e edificações de uso institucional. Esta delimitação busca salvaguardar as diferentes manifestações arquitetônicas que ao longo da história de Iguape tiveram expressão, e que hoje compõem um quadro variado e representativo das diversas fases de seu desenvolvimento econômico e urbano. A proposta de tombamento dirige-se a todas as edificações dentro desta poligonal, nos seus aspectos arquitetônicos e abrangem as características urbanísticas da ocupação das quadras, da malha e desenho urbanos constituídos. Para tanto, deverão ser definidas diretrizes arquitetônicas para preservação dos edifícios e também índices e diretrizes urbanísticas. Estudos estes que já estão em fase de elaboração pela Superintendência. **B) Setor do Morro da Espia.** A área proposta para tombamento neste setor encontra-se delimitada a partir da cota altimétrica 10 metros, a qual constitui limite ou contato entre a planície arenosa e a encosta do morro. Inclui-se neste perímetro de Tombamento a Fonte do Senhor e as ruínas do Engenho do Itaguá, sendo que, neste último trecho, o limite de tombamento desce para a cota zero, entre o setor em que encostas do morro avançam em direção ao mar, formando costões. A delimitação procura proteger as encostas florestadas e a cumeada do morro, incluindo as nascentes e respectivos cursos d'água que são abundantes na área. O Setor do Morro da Espia liga-se ao Setor Portuário pela ponta do costão mais próxima ao núcleo urbano. **C) Setor Portuário.** A área proposta para tombamento neste setor compreende o conjunto do antigo sistema portuário de Iguape, incluindo-se: a área do porto fluvial e da Capela São João Batista; a área do porto marítimo, acrescentando-se um setor de 100 metros avançando em direção ao Mar Pequeno; e por fim o Canal do Valo Grande e os trechos do meandro do Rio Ribeira, até o ponto de ligação deste com o curso principal. Protege-se desta forma, o setor que representa a relação intrínseca da cidade com as águas, objeto de usos do espaço tradicionais, ainda hoje presentes. **D) As áreas de entorno:** A área proposta para entorno

visa a garantir as seguintes condições: -visibilidade e ambiência no que diz respeito ao centro histórico e seu entorno imediato e no que diz respeito à relação do centro histórico com o Canal do Valo Grande; -visibilidade e qualidade paisagística, no que diz respeito à relação do centro histórico com o Morro da Espia, seu enquadramento natural; -acesso e fruição às águas, mantendo assim a relação da cidade com o Mar Pequeno, o Canal do Valo Grande e o Rio Ribeira do Iguape; -manutenção da estabilidade física dos terrenos das áreas tombadas no que diz respeito aos setores da orla, costões e as encostas do Morro da Espia; -manutenção da dinâmica natural no que diz respeito ao Setor Morro da Espia (garantia de insolação, ventilação, permeabilidade do solo, escoamento hídrico, entre outros. No que se refere às intervenções nos bens e imóveis localizados nas áreas de entorno, as mesmas deverão ser submetidos a análise prévia tal como os bens que se encontram nas áreas tombadas. Nota-se o esmero na elaboração desta proposta de tombamento onde se pode ver a preocupação de se estabelecer a setorização das áreas de proteção rigorosa contidas na poligonal, e uma segunda área, claramente definida como área de entorno, a funcionar como uma zona de articulação e amortecimento. O tombamento de Iguape representa a oportunidade de corrigir uma lacuna que o patrimônio histórico nacional guarda em relação à esta região do Estado de São Paulo. Contextualizar a formação histórica e cultural da região, constituindo uma base sobre a qual se apóia a presente proposta, com possibilidades de outros tombamentos que se encontram em fase de estudo, com intuito de se estabelecer um sistema patrimonial do vale do Ribeira coerente e inter-relacionado. Neste caso almeja-se fazer do que seria uma dívida, expressa na ausência do tombamento federal, uma oportunidade de tratar a questão de forma mais completa, consolidando a metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da formação do Brasil colonial e imperial. Todo o documento enfatiza a adoção de uma estratégia segundo a qual a proteção federal seja implementada a partir do sítio natural, e das influências culturais presentes, considerando estes aspectos como interligados entre e que guardam uma vinculação lógica e de respaldo histórico e urbanístico. Em suma, registro aqui as impressões que colhi da minha visita à cidade histórica de Iguape e o Vale do Ribeira e da avaliação desta rica coleção de documentos que compõe as quase duas mil páginas do dossiê que tive o privilégio de apreciar. Iguape surpreende. A região parece constituir uma síntese perfeita de toda a história do país. Moradia dos caiçaras, na era das grandes navegações assistiu a chegada dos europeus, foi

testemunha e protagonista da saga dos exploradores em busca desenfreada pelas riquezas, foi cenário de um ciclo de ouro antes das Minas Gerais, abrigou milhares de escravos negros, atravessou o período do império como grande fornecedora de arroz e outros produtos agrícolas para exportação. No século vinte recebeu as primeiras levas de imigração japonesa que nos legaram a sofisticação de sua cultura milenar na agricultura do chá e na arquitetura de suas casas de madeira desmontáveis e portáteis. Iguape nasceu e cresceu sob o manto de uma natureza de beleza e força incomensurável. Sua gente resistiu aos embates de um modelo de economia cujo cerne sempre foi a concentração da riqueza e suas mazelas que atingem até hoje a nação. Nos dias atuais é também um repositório de cultura popular dos mais ricos em nosso país. Seu patrimônio imaterial é diverso nas formas de expressão como a Congada, a Reisada, o Fandango e a Marujada. No modo de fazer os objetos de cestaria produzida a partir de uma grande variedade de fibras, ou de madeiras entalhadas como a gaxeta, assim como de cerâmica utilitária com as panelas de barro de suas paneliras, em tudo semelhantes na técnica com aquelas do Espírito Santo, ou as Rabecas de Coxo que são equivalentes à Viola de Coxo, ambas (panelas de barro e violas de coxo) já consagradas como patrimônio cultural brasileiro. É forte também herança da cultura caiçara e negra na culinária e na fala do povo. Ao lado de sua fundação oficial Iguape teve também sua fundação anímica, no episódio de surgimento das imagens sacras de N.ª S.ª das Neves, sua padroeira e do achado milagroso Bom Jesus da Cana Verde, imagem cuja confecção em Portugal havia sido encomendada por um usineiro do norte do país e foi lançada ao mar na costa de Pernambuco, pelo comandante do navio que a conduzia em fuga de ataque de piratas, como forma desesperada de evitar que fosse profanada. Assim foi trazida até a costa paulista pela força das correntes oceânicas e finalmente resgatada por dois índios caiçaras que a chantaram na praia de Iguape. O fato é que as notícias destes fatos se espalharam pela região e despertaram grande devoção das povoações vizinhas e hoje suscitam a afluência anual de milhares de romeiros à Basílica de Iguape. Desta riqueza de relatos que vem da tradição oral e da memória dos velhos, são pródigas as lendas que povoam o imaginário de seu povo e que também devem ser reconhecidos como marcos fundadores. A sala de Ex-Votos da Basílica é um testemunho belo e impressionante da dimensão da fé. De tudo que observei me resulta a certeza do valor excepcional de seu centro histórico que permanece vivo e apropriado pela comunidade e mantém uma característica fundamental que é a variedade de usos, com um misto de comércio, instituições, serviços, atividades ligadas ao turismo e lazer, e sobretudo habitação no mesmo

espaço, uma vez que esta diversidade assegura maior intensidade de uso cotidiano e portanto aproveitamento dos investimentos aí convertidos em infra-estrutura, o que certamente contribui para o bom estado de conservação de muitos de seus edifícios. Pude confirmar que sua população, hoje com quase 30 mil habitantes já internaliza a preocupação com a necessidade de preservar a cultura e o meio ambiente como valores identitários e insubstituíveis e se tornou protagonista de muitas destas lutas. Mais de 80% de seu território está contido dentro de áreas naturais já protegidas. A Ong SOS Mata Atlântica localizada em imponente casarão do centro histórico vem realizando trabalho emblemático em defesa da reserva natural e guarda em sua sede uma obra de arte na forma de uma grande maquete, que registra com beleza e precisão as diversas etapas de transformação do sítio natural na medida em que foi sendo apropriado e transformado pela mão do homem. Da mesma forma são exemplares por sua objetividade didática e seu papel na educação patrimonial da nova geração de cidadãos iguapenses, o Museu de Arqueologia instalado na casa que abrigou a primeira fundição de ouro do país e o Museu de Artes Sacras instalado na Igreja de N^a S^a do Rosário dos Homens Pretos. Que a ocorrência de tipologias diversas confirma a evolução dos estilos arquitetônicos de forma didática, em percurso que se faz a partir da rua do Funil até a praça da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, passando pelo Largo da Matriz, a praça monumental da Basílica de Bom Jesus de Iguape, ou no sentido transversal partindo do Porto Grande até a igreja de São Benedito, verificando-se no trajeto a ocorrência de casas de estilo Colonial do século dezessete, sobradões do dezenove, fachadas do Eclético e chegando ao Art Déco e Modernista a partir dos anos 1920 ou ainda um casario de arquitetura vernacular. Na avaliação que fiz no local se pode constatar que a maioria dos imóveis está ainda bem caracterizada ou apenas parcialmente afetada por intervenções. Mas também se observa a urgência de socorrer algumas das áreas extremas como a margem do Valo Grande e a do Porto do Ribeira, onde se localizam ruínas de antigos galpões industriais com ótima vocação para abrigar projetos de interesse social e cultural. Assim, entendo que, do ponto de vista formal, o processo está generosamente instruído e atende às aos requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986. De tudo que se informa neste dossiê, especialmente por sua importância estratégica no contexto do desenvolvimento da região sul no papel de se haver constituído como território seguro de integração entre o litoral e o interior, não seria justo pois, que tal acervo de arquitetura urbana, testemunha incontestemente da saga de ocupação de parte

significativa do território brasileiro permanesse à margem das atenções da maior instituição nacional que visa a preservação da memória e da história do país. Neste ponto do parecer, embora repetindo o que tenho registrado em processos anteriores, sinto-me na obrigação de reafirmar meu auto de fé no instituto do tombamento, cuja aplicação, sempre que houver o mérito, é nosso mister de conselheiros que costumamos votar por ele ou pelo registro de bens patrimoniais representativos da cultura nacional. Que o tombamento deva ser sempre fortalecido como estratégia de valorização, de tornar mais respeitado, de distinguir, de divulgar, de consolidar argumentos de defesa, e portanto entendido como alternativa para garantir as perspectivas de continuidade. A exemplo de tombamentos anteriores de cidades para os quais fui convocado a contribuir, senti neste caso, durante os contatos com as pessoas da comunidade iguapense e com seus representantes, que mais uma vez o ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento se apresenta muito além do que sugere a materialidade da questão, ele passará a incidir também sobre a auto-estima do povo do vale do Ribeira. Pois não se restringe apenas ao poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. Entretanto não podemos esquecer de que representa mais uma grande responsabilidade assumida pelo IPHAN, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens. Considerando que o ato do Tombamento em si compreende aplicação de procedimentos cuja metodologia pode e deve estar sendo permanentemente aperfeiçoado é que este caso em especial pode representar mais um passo no sentido dos necessários ajustes que indicam o caminho de seu aperfeiçoamento metodológico e a oportunidade de consolidação do conceito de paisagem cultural. Torna-se portanto necessário, envidar imediatos esforços para fortalecer a pioneira experiência que ali se verifica, da criação da Casa do Patrimônio de Iguape, garantindo aos técnicos locais mais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração com a comunidade, bem como na condução de trabalhos de proteção do acervo, na medida em que favoreça parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e o IPHAN. Nestes termos, seu funcionamento ao lado de um futuro Escritório Técnico do IPHAN, deverá possibilitar economia de meios e esforços, aumentando a rapidez e eficiência das ações, com todos falando a mesma linguagem e trabalhando com critérios nivelados e mais próximos da realidade local. Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei, ao me despedir após minha visita

de reconhecimento. O conjunto formado pela cidade de Iguape, e a paisagem do vale do Ribeira, compõe um cenário de excepcional harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o ambiente que o cerca e estes elementos constituem um habitat perfeito para a gente que ali vive e trabalha e que de toda forma o mantiveram até os nossos dias como provas materiais e imateriais de que são também um belo testemunho remanescente e revelador da alma do povo brasileiro. Não posso olvidar o fato simbólico que genericamente costumamos creditar ao insondável universo das coincidências. É que precisamente hoje, 03 de Dezembro, o povo de Iguape celebra os 471 anos de existência de sua cidade. Que possam comemorar esta data como uma promessa de futuro. Sendo assim e acompanhando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento, e à conseqüente inscrição nos livros de tomo 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Histórico. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho. São João del Rey, em 3 de Dezembro de 2009. **Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès - Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.**” O Presidente agradeceu ao Relator e concedeu a palavra à Conselheira Myriam Ribeiro, que reconhecendo a importância do Centro Histórico de Iguape, muito bem estudado em processo alentadíssimo, indagou se as edificações que compõem o conjunto já foram tombadas individualmente e qual sua importância. O Conselheiro Phelipe Andrès retomou a palavra para os seguintes esclarecimentos: “Na verdade, a dificuldade nossa, como Conselheiro Relator, é em processo de mil e oitocentas páginas transmitir seu conteúdo aos Conselheiros da melhor forma. Menciono que as edificações são identificadas uma a uma com fotos, com todos os dados referenciados no contexto da planta cadastral, e são de número elevado. O grande valor desse centro reside também no valor do conjunto. A maior parte das edificações integram o cadastro, feito minuciosamente, e está incluído no dossiê. Então, como é um valor de conjunto, identificá-las mais especificamente iria ser de todo muito demorado. Muitas delas foram tombadas pelo CONDEPHAAT na categoria um, de preservação rigorosa. A área tombada pelo CONDEPHAAT é similar à que está sendo proposta pelo IPHAN.” A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para os seguintes comentários: “Estamos diante de dois casos em que as iniciativas de tombamento partiram dos municípios, é extremamente positivo haver legislação e ações de proteção que antecedem o tombamento federal. Há algum tempo, pelo menos desde a minha participação no Conselho, estamos tratando de uma seqüência de tombamentos de sítios urbanos, de áreas centrais, de

núcleos centrais, de cidades históricas, e sinto sempre falta de uma abordagem, na documentação apresentada pelo IPHAN, de alguma coisa que venha do geral para o particular. Em cidade de vinte e sete mil habitantes, trinta mil habitantes, qual é a proporção da área proposta para tombamento? Na verdade, embora a cidade como um todo não seja objeto da proteção, compreender a relação da área a ser protegida com a dinâmica da cidade é muito relevante. Nós estamos tratando aqui de um terço de Iguape. Esse aspecto me parece muito importante porque o tombamento tem um papel de contribuir para a condução da dinâmica da cidade como um todo. E um outro aspecto mais específico, o canal citado como um erro, do ponto de vista de engenharia, o que esse fato aponta no futuro? Ele está sendo considerado objeto do tombamento, as suas margens são áreas de entorno? Existe algum estudo do ponto de vista da dinâmica natural que levou a essa conformação atual e para que ela aponta? Estamos diante de um processo em curso de sucessivos alargamentos? Entendi que ele foi solapando as margens. Isso prossegue? Qual é a perspectiva para esse canal?” O Conselheiro Luiz Phelipe Andrès retomou a palavra para os seguintes esclarecimentos: “A resposta para essas questões, que eu credito à dificuldade de sintetizar todo o contexto, é a palavra chave: estabilização. Os registros feitos ao longo do tempo mostraram como o canal foi se ampliando, e se estabilizou por volta de 1920, 1930. A primeira tentativa de fechar essa ligação não deu muito resultado; há um projeto do Governo Federal, já aprovado, no sentido de fechar o canal porque inclusive essa contribuição direta das águas doces do rio afeta a salinização do porto principal e altera o equilíbrio da fauna ictiológica. Então, esse processo já está em andamento, ou seja, não existe mais o risco de continuidade dessa erosão. No que se refere à cidade contemporânea, sobre a qual de fato nós não detalhamos nesse parecer, consta do dossiê é que a cidade se estabilizou nesse patamar, desde a segunda metade do séc. XX. Quanto ao número de habitantes, o IBGE diz que são vinte e sete mil, mas a população local sempre é um pouco maior, esse dado influi no fundo de participação, essa imprecisão se credita a isso. Mas a cidade contemporânea foi muito favorecida com a ponte construída nos anos 50, 60, que criou alternativa de expansão. Ou seja, a demanda por novas construções se dirige à Ilha Comprida que fica junto à praia e que é mais procurada pelas pessoas que buscam a região como alternativa ao grande congestionamento de São Paulo. Então, essa ponte criou uma alternativa de área de expansão de modo que a pressão sobre o Centro Histórico hoje é estabilizada. O que talvez tenha causado preocupação foi que, de fato, não mencionei essa alternativa de expansão urbana consolidada na construção da ponte. Então, a palavra é estabilidade. Depois da segunda

metade do séc. XX a cidade se estabilizou e hoje se afirma sua grande vocação para o turismo. Existe uma obra, com recursos aprovados, para construir uma barragem, junto de ponte já existente, a fim de impedir a salinização das águas e possibilitar a recuperação da fauna ictiológica, corrigindo essa consequência nefasta da ação antrópica, porque um dos atrativos, uma das fontes de renda da cidade é a pesca esportiva.” O Presidente tomou a palavra para os seguintes comentários sobre a abordagem da Conselheira Jurema Machado: “Está sendo feito um esforço para qualificar melhor os processos de tombamento. Esse processo de tombamento de Iguape, por exemplo, é muito extenso. É claro que uma avaliação do ponto de vista da relação estabelecida entre o Centro Histórico tombado e o Município é fundamental, faz parte inclusive daquilo que estamos imaginando e divulgando na construção dos nossos planos de ação, que as estratégias de proteção do patrimônio são determinantes dentro do projeto de desenvolvimento da cidade. Então, é preciso pensar nesse aspecto também no sentido inverso. É um processo de explicitação e de síntese que se observa na leitura desses processos; são muito extensos, talvez seja necessário estabelecer uma metodologia de apresentação dos processos de tombamento. Acho que não é uma deficiência dos relatores, é um aperfeiçoamento do método para que essas questões todas sejam abordadas dentro dos limites e dos recortes da síntese. Um esclarecimento, o termo ‘fechar’ é um termo de controle, são sistemas de barragens para controlar os fluxos da água. Não é exatamente fechar o canal, é o controle do fluxo e da relação água salgada e água doce.” A Superintendente do IPHAN em São Paulo retomou a palavra para esclarecer que a obra anterior não foi bem feita, adiantando que há uma nova demanda para que se refaçam essas comportas, visando manter o índice de salinização na região do lagamar de Iguape. Considerou a medida importante, não só pra desassorear todas as pequenas ilhas verdes que surgiram, frutos do assoreamento, causando uma queda na produção pesqueira na região que vai afetar Cananéia, no extremo oposto da Ilha Comprida. A Conselheira Maria Cecília Londres pediu a palavra para questionar a denominação do objeto do tombamento, considerando estar explícito o seu valor paisagístico. O Conselheiro Relator concordou, esclarecendo que adotou a forma que titulariza o processo. O Presidente tomou a palavra para opinar que o melhor título seria **Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape**, a ser inscrito no Livro Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, proposta que teve o apoio do Conselheiro Relator. A Conselheira Cláudia Storino pediu a palavra para parabenizar a Superintendência do IPHAN e a Prefeitura de Iguape pela instrução do processo de tombamento, pela forma inclusiva, multidisciplinar da ótica

adotada. Encerrados os debates, o Presidente colocou em votação a proposta de tombamento contida no Processo nº 1.584-T-2009 (nº 01450.007679/2009-79), acolhida pelos Conselheiros presentes, ficando aprovado, por unanimidade o **Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape**, no Estado de São Paulo, e a sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra à Prefeita de Iguape, Maria Elizabeth Negrão Silva, que expressou o seu agradecimento ao Presidente do IPHAN, aos Conselheiros, à Superintendente do IPHAN no Estado de São Paulo, Anna Beatriz Ayrosa Galvão, ao Diretor do Departamento de Proteção, Dalmo Vieira Filho, ao representante do Departamento de Cultura de Iguape, Carlos Júnior, pelo reconhecimento dos valores históricos e paisagísticos que fundamentaram o tombamento de Iguape. O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado. Nós é que agradecemos, na pessoa da Prefeita, à população de Iguape, cidade que confirma a máxima do IPHAN de que é a população quem melhor preserva o seu patrimônio. Nós nos juntamos a esse esforço da população de Iguape há bastante tempo”. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar da proposta de tombamento do **Complexo Histórico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no Município de Campo**, no Estado de Mato Grosso do Sul, contida no Processo nº 1.536-T-06. Inicialmente solicitou à Superintendente do IPHAN no Estado Mato Grosso do Sul, Maria Margareth E. Ribas Lima, a apresentação de um power point para ilustrar e justificar a proposta de tombamento, e de um vídeo com depoimentos de alguns ferroviários. Prosseguindo, o Presidente atendendo à solicitação do Relator, Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, ausente por motivo de saúde, procedeu à leitura do parecer, transcrito a seguir: “ **COMPLEXO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL EM CAMPO GRANDE / MS - Processo de Tombamento nº 1.536-T-06.** 1- **Introdução.** As cogitações iniciais sobre a construção de uma ferrovia que ligasse o sul de Mato Grosso ao litoral brasileiro remontam a 1851. A necessidade desse empreendimento decorria, segundo os mais destacados estudiosos, de três fatores principais: - político - a ocupação e integração dos vastos territórios despovoados situados a sudoeste do Brasil, região suscetível de ações separatistas em relação ao poder central; - econômico e de desenvolvimento - o encurtamento das “distâncias” leste - oeste e do “progresso - atraso”, favorecendo o deslocamento de pessoas, o transporte da produção, particularmente a do café, o surgimento de núcleos urbanos; - geopolítico - estabelecimento de um pólo de atração da Bolívia e do Paraguai e dos extensos territórios do sul mato-grossense que dependiam da via fluvial do

rio Paraguai e da bacia do Prata. Portanto, as motivações que conduziram à concepção dos projetos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) tinham uma dimensão nacional, de integração política, de desenvolvimento e de defesa, extravasando do quadro regional ou local. O encontro, em Campo Grande, dos trilhos que vinham de Boa Esperança (no corte do Rio Paraguai, a Sudeste de Corumbá) com o ramal proveniente de Bauru, em São Paulo, ocorreu em 31 de agosto de 1914, nove anos após o início dos trabalhos de implantação da NOB. No entanto, somente em 1952, a Noroeste chegou à Corumbá , após o término da construção, em 1947, da Ponte Barão do Rio Branco sobre o rio Paraguai. Mas os resultados alcançados por esse empreendimento já começaram a surgir à medida de que os trilhos eram lançados, trechos do itinerário ficavam liberados ao tráfego e as estações ou paradas ferroviárias eram instaladas. Na verdade, a Noroeste era uma ferrovia de penetração, desbravando novos territórios e oferecendo melhores condições para o desenvolvimento da atividade econômica em geral, a cultura do café em particular, para a ocupação urbana, para a imigração de italianos, espanhóis, portugueses, eslavos, sírios - libaneses e japoneses, que demandavam àquelas regiões vazias do noroeste paulista e do sul de Mato Grosso, “ o grande estado do Oeste”. No noroeste de São Paulo, a população, em 1900, era de 7.815 habitantes e, em 1930, alcançava o número 619.000. A produção cafeeira, em 1905, era de 94 mil arrobas e, em 1934, de 13,20 milhões de arrobas. As estações instaladas ao longo da ferrovia a Oeste de Bauru, deram origem a povoados, que se transformaram em cidades : Avaí, Presidente Alves, Cafelândia, Lins, Promissão, Avanhaduva, Penápolis, Glicério, Birigui, Araçatuba e muitas outras. Para o sul de Mato - Grosso, a NOB foi um fator decisivo de integração daquela região à costa Leste, permitindo condições para a interligação de Corumbá, Porto Esperança Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã (por intermédio do ramal Campo Grande - Ponta Porã) com Bauru e daí para Santos, atenuando a atração natural da bacia platina, estimulada pela ligação fluvial do rio Paraguai. Desempenhou, também, um papel preponderante na ocupação de extensos espaços geográficos, dando origem a povoados e a inúmeras cidades que floresceram ao longo do traçado sinuoso da linha férrea. O caminho do trem era o caminho do progresso, desbravando o futuro. A dimensão histórica nacional da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é incontestável. Em todo o processo de concepção, de realização operacional e de construção simbólica da NOB, Campo Grande tem um papel prevalente. Foi o ponto de encontro do traçado que se originava a Oeste em Porto Esperança (posteriormente em Corumbá) com aquele que, a Leste, partia de Bauru, concretizado

em 1914, quando as duas frentes de trabalho de construção da linha, a de Porto Esperança e a de Bauru, se reuniram na cidade de Campo Grande. Campo Grande também abriga um conjunto de características formais e de natureza histórica que lhe emprestam representatividade em todo o significado alargado da Noroeste do Brasil. Com a ferrovia, passou a desempenhar um papel de extrema importância na articulação dos fluxos econômicos que procediam de Corumbá, de Cuiabá e da zona cafeeira de São Paulo. Reproduziu, com maior precisão e em maiores dimensões, o processo de planejamento urbano, que, em linhas gerais, foi adotado em todas as cidades que nasceram, quase no leito da via férrea. A configuração urbana de Campo Grande, até 1905 um povoado dedicado principalmente ao comércio de gado, segue, a partir de 1914, ou um pouco antes, o traçado sugerido pelos técnicos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: um centro onde se localizam o comércio, as residências, os órgãos públicos, os órgãos do complexo ferroviário e, na periferia, alguns bairros residenciais. De modo que o registro histórico da NOB, do seu patrimônio cultural, material e imaterial, os trilhos, as máquinas, as edificações, as tecnologias empregadas, a compreensão de sua importância no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional, o modelo da sua configuração urbana, reproduzido em inúmeras cidades, esse registro, de grande importância para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, tem, na cidade de Campo Grande, particularmente no seu Complexo da Estrada de Ferro Noroeste, a mais expressiva representatividade.

2- O PROCESSO DE TOMBAMENTO. Em 5 de setembro de 2005, a Superintendente da 18ª Regional do IPHAN, Dra. Maria Margareth Escobar Ribas Lima, encaminhou ao Presidente do IPHAN, por intermédio do Memorando nº 173/05 GAB / 18º SR / IPHAN, o “Dossiê para Instrução de Processo de Tombamento da Rede Ferroviária S.A”, que consistia na “documentação de edifícios e traçado urbano implantado pela Rede Ferroviária no Oeste do Brasil”, acrescenta, a ilustre Superintendente, que o “bem tem características e valor inestimável para a população sul-mato-grossense, bem como para a população brasileira”. O “dossiê” foi submetido à apreciação do Departamento de Patrimônio Material (DEPAM). Análises e avaliações da documentação foram realizadas pela Gerente de Proteção, Dra. Jurema Kopke Eis Arnaut, e pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro. Após esclarecimentos e a apresentação de outros documentos por parte da 18ª Superintendência Regional do IPHAN, foi constituído o Processo nº 1536.- T - 06. O processo está muito bem instruído em decorrência dos estudos, das vistorias e das pesquisas desenvolvidas não só no âmbito da 18ª Regional, mas, também no DEPAM. Os pareceres emitidos pela Procuradoria

Federal do IPHAN são muito esclarecedores e trazem dados a serem considerados na apreciação do assunto. Mas, eis que, em decorrência do Edital de Notificação publicado no DOU de 16 de abril de 2009, o Procurador - Geral do Município de Campo Grande, em nome da Prefeitura, apresentou, em 30 de abril de 2009, impugnação ao tombamento em andamento. Em resumo, a impugnação invocou o interesse público que estaria sendo alcançado caso o tombamento fosse consumado, pois estariam já em desenvolvimento Projetos (denominados Orla Morena e Orla Ferroviária), em benefício da comunidade, que colidiam ou mesmo tornavam inócuas, em certos locais, as medidas de proteção, decorrentes da área de tombamento indicada no referido processo de tombamento. Após trocas de correspondência e reuniões entre técnicos da 18ª Regional do IPHAN e da Prefeitura de Campo Grande, foi assinado, na semana de 27 a 31 de julho de 2009, um Termo de Compromisso entre o IPHAN e a Prefeitura de Campo Grande e, em seguida, o Prefeito dessa cidade, por intermédio do Ofício nº 1687/ GAB/ PMC/2009, de 7 de agosto de 2009, comunicou a retificação da impugnação anteriormente apresentada, circunscrevendo- a três áreas específicas da Área de Tombamento. Assinale-se que, em 12 de junho de 2009, foi aberto, pela Polícia Federal, Inquérito Policial (nº 643/2009 - SR / DPF / MS) para averiguação de danos ao patrimônio na área do Projeto “Orla Morena”. 3- **A ANÁLISE DO MÉRITO.** O complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, situado na cidade de Campo Grande, tem um conjunto de características que o tornam, ao mesmo tempo, singular e representativo de fatos históricos de amplitude nacional, que ocorreram, no século passado .Primeiro, como já foi mencionado, em Campo Grande deu-se, em 1914, a junção das duas frentes de trabalho, a que de Oeste procedia de Porto Esperança e a que vinha de Bauru, a Leste, concretizando, portanto, o Projeto de construção da alinha férrea que iria ligar o litoral com o Oeste brasileiro, criando um novo eixo alternativo ao que vinha do Norte: Cuiabá - Corumbá - Rio Paraguai - Bacia do Prata. Campo Grande, na sua configuração espacial, ficou marcada pela estrada de ferro, seja pelo próprio traçado do leito dos trilhos, que assume o papel de referência na cidade, sejam pelas diretrizes urbanas, emanadas dos técnicos da Noroeste do Brasil, que orientaram aspectos sociais e arquitetônicos da cidade. Mas, a dimensão técnica - operacional tem importância particular, pois, em Campo Grande, acha-se razoavelmente preservada toda uma estrutura ferroviária : a estação, os trilhos, a gare, os armazéns, os galpões e uma meia -rotunda de manutenção (que seria um exemplar único, de meia -rotunda de manutenção ferroviária, entre todos os bens tombados pelo IPHAN). Ressalte-se, reproduzindo passagem do excelente estudo

realizado pelo Dr. Fábio Guimarães Rolim, da 18ª SR do IPHAN, “ há alguns aspectos do complexo que são reveladores da natureza das estruturas sociais relacionadas ao período histórico e ao mundo de trabalho ferroviário de então .A divisão espacial no complexo e a distinção de padrões construtivos e espaciais das habitações nos contam das diferenciações entre diversas camadas sociais de trabalho dentro da ferrovia . Assim, as residências administrativas, destinadas aos funcionários mais graduados, possuíam melhor padrão construtivo e espacial, eram inspiradas numa arquitetura européia eclétizante, isoladas em amplos lotes situados além do limite frontal do complexo ferroviário fornecido pela rua Calógeras - poder-se-ia dizer, portanto, que se situavam “na cidade” da época, integradas à sua sociedade; por sua vez; as moradias dos trabalhadores braçais - os operários- possuíam padrões construtivos e espaciais mais simples, eram geminadas e de implantação posterior ao complexo. Como que internalizadas a ele e afastadas do convívio com a cidade de então - evidenciando um aspecto de controle social que era característico dos projetos de habitação fabril daquele período no Brasil. Assim, componentes da esplanada da NOB, em Campo Grande, expressam hoje, cada qual à sua maneira, modos de vida e trabalho daquelas primeiras décadas até a interrupção de seu funcionamento: a estação e a gare, as oficinas, a rotunda, a vila dos ferroviários, as residências administrativas etc, são testemunhos físicos tanto das aspirações iniciais para com a ferrovia como das transformações técnicas de operacionalização dos transportes ferroviários, além dos modos de construir e de morar relacionados àquela estrutura - que tiveram influência no restante da Campo Grande de então, que iniciava um ciclo contínuo de desenvolvimento.” Diz, ainda, o Dr. Fábio Guimarães Rolim, “ No caso do complexo da antiga Noroeste do Brasil em Campo Grande a manutenção do todo é decisiva por nele se espelhar um transcorrer histórico da técnica e da arquitetura, além dele próprio ser o testemunho construído de um período emblemático da formação do Estado brasileiro e da ocupação do centro-oeste. Um entendimento daquele elemento como patrimônio cultural do Brasil e do estado do Mato Grosso do Sul e que somente pode se dar por meio da preservação física de seus edifícios, trilhos e de seu envoltório.” O Complexo Histórico proposto para tombamento compreende: - o espaço ocupado pelo conjunto ferroviário, que inclui a estação ferroviária, os armazéns, as oficinas, a meia rotunda de manutenção, as edificações administrativas e a vila dos ferroviários com suas residências. Esse conjunto ocupa uma área aproximada de 22 hectares, com 135 edifícios em alvenaria e madeira; -o espaço compreendido entre três e meio metros de cada lado dos trilhos ferroviários numa extensão aproximada de 1500

metros pelo leito da linha ferroviária, incluindo os viadutos existentes nesse trecho. Fica excluída desse Complexo a “Feira Central”, uma tradicional feira livre de Campo Grande instalada em uma estrutura, resultante de uma intervenção inadequada no espaço da esplanada ferroviária, mas que não chega a afetar, profundamente, a unidade do conjunto a ser tombado. De acordo com as vistorias técnicas realizadas, o complexo, como um todo, apresenta estado regular de manutenção. Alguns elementos do conjunto dão sinais de risco pontuais, ainda que não sejam iminentes. No que se refere à impugnação ao tombamento apresentado pela Prefeitura da cidade de Campo Grande, três pontos da área de tombamento proposta são atingidas: 1) um trecho da via férrea, de aproximadamente 1100 metros de extensão, compreendido entre a estação ferroviária e a Avenida Antônio Maria Coelho; - 2) o viaduto ferroviário localizado na Avenida Ernesto Geisel; -3) uma faixa de, aproximadamente, 25 metros, paralela à Rua Eça de Queiroz, entre os marcos 15 e 14 da poligonal de tombamento proposta. Quanto ao item 1), acima indicado, acontece que obras em andamento, decorrentes de projetos de revitalização ou reabilitação urbana, empreendidos pela Prefeitura de Campo Grande com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, concretamente, já retiraram os trilhos do mencionado trecho da linha férrea (1.100 metros), como se constatou na inspeção realizada pela 18ª SR. Ocorre, também, que, no todo, é possível conciliar o tombamento pretendido com a diminuição do trecho da linha férrea (de 2.600 metros para 1.500 metros), sem que seja desfigurado o sentido geral da preservação proposta. Nesse aspecto, são concorrentes os pareceres da 18ª SR e do DEPAM. Quanto aos itens 2) e 3), referem-se a questões a serem consideradas posteriormente, quando forem estudados os projetos específicos para a ampliação da Avenida Ernesto Geisel e do trecho paralelo à Rua Eça de Queiroz, entre os Marcos 14 e 15 da poligonal de tombamento proposta. A manutenção desses pontos dentro da área de tombamento possibilitaria melhores condições para orientar as intervenções, que, porventura, pudessem desfigurar a preservação pretendida e não se constituiriam, preliminarmente, em óbices incontornáveis aos projetos de revitalização da área, levados a efeito pela Prefeitura de Campo Grande. Assim, quanto à impugnação parcial ao tombamento proposto, apresentada pela Prefeitura de Campo Grande, sugiro que seja acolhida apenas no que se refere à exclusão do trecho da linha férrea do qual os trilhos foram efetivamente retirados. **4.CONCLUSÃO.** Proponho, portanto, ao Conselho Consultivo do IPHAN, o seguinte: 1) o tombamento do Complexo histórico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, localizado no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul,

inscrevendo-o nos livros de tomo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em razão da sua importância histórica, em nível nacional, e de seu valor etnográfico de registro de um aspecto social de nossa cultura; 2) acatar a impugnação parcial interposta pela Prefeitura de Campo Grande apenas no que se refere ao segmento ferroviário compreendido entre a Avenida Antônio Maria Coelho e a Rua Plutão, excluindo, portanto, do tombamento, esse trecho da linha férrea; 3) excluir da área de tombamento a Feira Central de Campo Grande; 4) a poligonal de tombamento com início na interseção do eixo da rua dos Ferroviários com o eixo da Rua Antônio Maria Coelho (Marco 1), segue em sentido anti- horário pelo eixo da Rua Antônio Maria Coelho até encontrar um ponto imaginário situado a 3,5 metros do eixo da linha ferroviária (Marco 2). onde flexiona no sentido Sul acompanhando o leito da via, sempre a 3,5 metros de seu eixo (passando sobre as ruas Antônio Maria Coelho e Maracaju por viadutos ferroviários incluídos no tombamento) até atingir um ponto situado a 3,5 metros da extremidade sul do viaduto localizado sobre a rua Maracaju (Marco 3), de onde flexiona no sentido leste, seguindo por uma distância de sete metros até um ponto imaginário (Marco 4), onde flexiona no sentido norte, acompanhando o leito da via, sempre a 3,5 metros de seu eixo até atingir o eixo da rua Antônio Maria Coelho (Marco 5), de onde flexiona à leste seguindo pelo eixo da rua Antônio Maria Coelho até a interseção com o eixo da avenida Calógeras (Marco 6), de onde flexiona à norte e segue pelo eixo da avenida Calógeras até a interseção com o eixo da avenida Mato Grosso(Marco 7), de onde flexiona à leste e segue pelo eixo da avenida Mato Grosso até o cruzamento com a linha imaginária que passa no limite dos fundos do lote 05 da quadra 053301 (Marco 8), de onde flexiona à norte e continua seguindo pela mesma linha definida pelos fundos dos lotes 4 e 3 e pela lateral do lote 1 da mesma quadra 05331, cruzando a rua Temístocles e seguindo ainda em linha reta pelas laterais dos lotes 11 e 01 da quadra sem número localizada entre a avenida Calógeras e as ruas Temístocles e General Mello, cruzando a rua General Mello e seguindo por esta linha reta imaginária passando pelos fundos dos terrenos com testadas para a rua Dr. Ferreira , lotes 31 a 03 (em ordem decrescente), até encontrara linha de divisa entre os lotes 03 e 02 (Marco 9), de onde flexiona à leste até encontrar o eixo da rua 14 de Julho (Marco 10), de onde flexiona à norte e segue pelo eixo da rua 14 de julho até encontrar um ponto imaginário situado a 3,5 metros do eixo da linha ferroviária(Marco 11), acompanhando o leito da via sempre a 3,5 metros do seu eixo, empreendendo uma grande curva nos sentidos oeste (passando sobre a avenida Ernesto Geisel por viaduto ferroviário incluído no tombamento) e sul, até atingir um

ponto situado no eixo da rua Plutão(Marco 12), onde flexiona no sentido leste seguindo o eixo da rua Plutão por sete metros até atingir um ponto imaginário (Marco 13), de onde flexiona no sentido norte, acompanhando o leito da via férrea sempre a 3,5 metros de seu eixo, em movimento de retorno, empreendendo grande curva a leste e a sul até a interseção com o eixo da rua Eça de Queiroz (Marco 14), onde flexiona a oeste seguindo pelo eixo desta rua até a interseção com o eixo da rua dos Ferroviários (Marco 15), de onde flexiona no sentido sul e segue pelo eixo da rua dos Ferroviários até a interseção com o eixo da rua Antônio Maria Coelho, ponto no qual fecha o perímetro no Marco 1. 5- que sejam incluídos no tombamento os seguintes bens: a) os imóveis localizados nas quadras situadas entre as vias públicas denominadas rua dos Ferroviários, rua Antônio Maria Coelho, avenida Calógeras, avenida Mato Grosso, rua 14 de julho e rua Eça de Queiroz, sendo estes: - os imóveis e edificações localizados na rua dos Ferroviários, em toda a sua extensão; - os imóveis localizados na rua Antônio Maria Coelho entre a rua dos Ferroviários e a avenida Calógera; - os imóveis de números 2.960, 2.980, 3.002 e 3.018 localizados na avenida Calógeras entre a avenida Mato Grosso e a rua Temístocles, em frente à Estação Ferroviária; - os imóveis de números 15, 35, 49, 67 e 64 localizados na rua Temístocles; -os imóveis de números 3.100, 3.117, 3.128 e 3.142 localizados na avenida Calógeras entre a rua Temístocles e a rua General Mello; - os imóveis de números 23, 40, 50 e 64 localizados na rua General Mello; - os imóveis localizados na rua Dr. Ferreira de ambos os lados; -os imóveis localizados na rua 14 de julho entre a rua Eça de Queiroz e a rua Dr. Ferreira; -os imóveis que compõem a Esplanada (Estação Ferroviária, armazéns . oficinas, rotunda, edificações administrativas e vila de ferroviários). b) os viadutos ferroviários localizados nas ruas Maracaju e Antônio Maria Coelho e avenida Ernesto Geisel. 6) que a poligonal da área do entorno tenha início na interseção do eixo da avenida Presidente Ernesto Geisel com o eixo da avenida Afonso Pena (Marco A), siga por este eixo no sentido anti- horário até a interseção com o eixo da rua 14 de Julho (Marco B), de onde flexione no sentido norte e prossiga pelo eixo da rua 14 de Julho até a interseção com o eixo da rua Marechal Rondon (Marco C), de onde flexione no sentido leste, seguindo pelo eixo desta rua até o cruzamento com o eixo da rua 13 de Maio (Marco D), de onde flexione no sentido norte, seguindo pelo eixo da rua 13 de Maio até a interseção com o eixo da avenida Euler Azevedo (Marco E), de onde flexione no sentido oeste e prossiga por este eixo até o encontro com o eixo da rua 14 de Julho (Marco F), onde o eixo da avenida Euler de Azevedo flexiona 108 ° no sentido noroeste e prossiga no eixo desta avenida até a interseção com

o eixo da avenida Presidente Ernesto Geisel (Marco G), de onde flexione no sentido sudoeste num ângulo total de 81° e siga pelo eixo da avenida Ernesto Geisel até um ponto situado a dez metros do eixo da linha férrea (Marco H), de onde flexione no sentido oeste e siga sempre a uma distância de dez metros do eixo da via férrea (correspondendo à faixa de domínio da referida linha férrea), seguindo até a interseção com o eixo da rua Plutão (Marco I), de onde flexione no sentido leste e siga pelo eixo da rua Plutão por vinte metros (Marco J), de onde flexione no sentido norte e siga sempre a uma distância de dez metros da via férrea(correspondendo à faixa de domínio da referida linha férrea) até a interseção com o eixo da avenida Ernesto Geisel (Marco L), de onde flexione no sentido sul e siga pelo eixo da avenida Ernesto Geisel até a interseção com o eixo da avenida Afonso Pena, fechando o perímetro no Marco A. É o relato. Synésio Scofano Fernandes. Conselheiro do IPHAN.” Prosseguindo, o Presidente deu início aos debates e esclareceu, auxiliado pelo Diretor de DEPAM, as dúvidas apresentadas por alguns Conselheiros. O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses pediu a palavra questionar a atribuição de valor etnográfico e paisagístico ao conjunto em análise. O Diretor do DEPAM tomou a palavra para as seguintes considerações: ‘Do ponto de vista paisagístico, é a área de todo o conjunto urbano da cidade que dialoga com a história de Campo Grande. Do ponto de vista etnográfico, diz respeito aos depoimento de antigos ferroviários e de pessoas ligadas a essa tradição, à riqueza dessas histórias, às vivências, aos comportamentos no mundo ferroviário do Brasil. Em todo lugar, em todas as estações, em todos os ramais visitados essa memória dos netos, das pessoas que cresceram ouvindo barulho de trem, ressalta esse aspecto. É comum netos de ferroviários dizerem: não existem ex-ferroviários, todos que tiveram contato com esse patrimônio são ferroviários. Foi esse sentido que fundamentou a proposta da atribuição desse valor, além do valor histórico. O dossiê, na parte dos depoimentos, e a todo momento, se refere aos aspectos simbólicos. O Brasil fala muito na saga da construção da Madeira-Mamoré, mas a construção, por décadas, de estradas no Mato Grosso do Sul não fica atrás em acontecimentos épicos, na perda de vidas humanas, no custo de estruturar uma estrada de ferro dessa dimensão ao longo do Pantanal, com as suas condições naturais e geológicas. Esse aspecto do esforço, do sentimento, e da significação está expresso em todas as páginas do dossiê.” O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses retomou a palavra para as seguintes considerações: “Tenho impressão que a melhor maneira de sintetizar tudo o que está em jogo nessa proposta é considerar que o seu objeto é um complexo ferroviário e urbanístico, porque são as duas dimensões que

estão articuladas, o mais está embutido nesses dois aspectos. Quando se fala em relações não propriamente etnográficas, ou informações não propriamente etnográficas, mas sociológicas, elas estão embutidas nessa realidade material dos traços que permaneceram. Quando se fala na memória, como experiência, ela está embutida no espaço como referência, nas coisas, como referência. Então, acho que a melhor conceituação do objeto do tombamento é considerá-lo como um complexo ferroviário e urbanístico, não há propriamente um ponto paisagístico que tenha sido explicitado aqui. Proponho que seja considerado como complexo ferroviário e urbanístico.” O Presidente tomou a palavra para as seguintes considerações: “Quero consultar o Conselho porque a minha tendência é acatar o encaminhamento do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses. Podemos então colocar em votação o tombamento do **Complexo Ferroviário Histórico e Urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Município de Campo Grande**, no Estado de Mato Grosso do Sul, a ser inscrito no Livro do Tombo Histórico. Aos Conselheiros favoráveis a essa proposta, por favor, se manifestem levantando a mão. Então, declaro tombado o **Complexo Ferroviário Urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Município de Campo Grande**, no Estado de Mato Grosso do Sul. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra à Presidente do Instituto Municipal de Planejamento de Campo Grande, Senhora Maria Lúcia Martins, que agradeceu ao Presidente, aos Conselheiros, à Superintendência do IPHAN no Estado de Mato Grosso do Sul, e aos técnicos que se empenharam na proteção do Complexo Ferroviário de Campo Grande por meio do seu tombamento. O Presidente agradeceu e propôs uma pequena inversão na pauta para que examinassem uma série de propostas de tombamento com parecer de arquivamento do setor técnico do IPHAN, adiantando que os Conselheiros poderiam solicitar vistas, se assim o desejassem. Não havendo manifestação contrária, o Presidente leu a seguinte relação: Proc. nº 963-T-77 – **Cemitério Dona Francisca**, Joinville, Estado de Santa Catarina; justificativa: Inexistência de relevância nacional que fundamente o tombamento pelo IPHAN. Proc. nº 1.336-T-94 – **Casa General Valadão (Praça), Prédio da Delegacia da Receita Federal – Antiga Alfândega**, Município de Aracaju, Estado de Sergipe; justificativa: Inexistência de atributos estéticos, históricos ou paisagísticos que fundamentem o tombamento pelo IPHAN. Proc. nº 1.534-T-06 – **Solar Abreu Vieira**, situado na Rua Porto nº 204, no Município de Berilo, Estado de Minas Gerais; justificativa: A edificação já está protegida pelo tombamento estadual, e situa-se na área de entrono da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo IPHAN. Proc. nº 1.571-T-09 – **Castelo do Conde Pereira**, situado na

Rua Barão de Mauá, e **Igreja de Nossa Senhora da Penha**, situada na Ladeira Major Rocha, Ponta d' Areia, Município de Niterói, Estado do Rio Janeiro; justificativa: Inexistência de relevância nacional que fundamente os tombamentos pelo IPHAN. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar da proposta de registro do **Toque dos Sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes**, no Livro de Registro das Formas de Expressão e do **Ofício de Sineiro** no Livro de Registro dos Saberes, MG, a que se refere o Processo nº 01450.011821/2009-82 e solicitou a projeção de audiovisual antes da apresentação do parecer do Conselheiro Relator. Após a projeção, o Presidente concedeu a palavra ao Relator, Conselheiro Breno Bello de Almeida Neves, que pronunciou breves palavras antes da leitura do seu parecer, transcritos a seguir: “Senhor Presidente, Senhores Companheiros de Conselho; meus amigos São Joanenses; familiares que estou vendo aqui; sineiros, minha homenagem; povo São João del-Rei. Permitam-me, antes de iniciar a leitura do meu parecer, que fale um pouco do sentimento e da emoção de que estou tomado. Para um São Joanense, é muito significativo poder participar da primeira reunião do Conselho Consultivo do Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional em nossa cidade. Quero agradecer ao nosso Presidente pela distinção de ter me escolhido para a relatoria desse processo, tão importante e significativo para o nosso povo. Senhores, é com muita emoção para um São Joanense, que não teve a oportunidade de ser sineiro, e uma das mais profundas honras o exercício dessa relatoria. **“PARECER REFERENTE AO PROCESSO IPHAN 01450.011821/2009-82, NO QUAL SE SOLICITA REGISTRO DO TOQUE DOS SINOS EM MINAS GERAIS, TENDO COMO REFERÊNCIA SÃO JOÃO DEL-REI E AS CIDADES DE OURO PRETO, MARIANA, CATAS ALTAS, CONGONHAS DO CAMPO, DIAMANTINA, SABARÁ, SERRO E TIRADENTES (LIVRO DE REGISTRO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO) E OFÍCIO DE SINEIRO (LIVRO DE REGISTRO DOS SABERES).** Trata-se de processo cujo objeto é o registro do Toque dos Sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João Del -Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes no Livro de Registro das Formas de Expressão e Ofício de Sineiro no Livro de Registro dos Saberes, como patrimônio cultural brasileiro. Em 13 de agosto de 2001, por iniciativa do Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, então Secretário de Estado de Cultura do Estado de Minas Gerais e membro do nosso Conselho e atualmente Prefeito da cidade

histórica de Ouro Preto, o pedido foi formalizado primeiramente para o registro do Toque dos Sinos, na cidade de São João Del - Rei. A instrução do processo mostra-se extensa e abrangente, compreendendo material diversificado, como dossiês, fichas, fotos, abaixo - assinados das comunidades de apoio à iniciativa, registros áudio - visuais, memórias de encontro e entrevistas, pesquisas históricas e bibliográficas e pareceres técnicos das diversas áreas do IPHAN, a saber: Departamento de Identificação e Documentação - DID, Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI, Presidência, Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, Unidades Regionais do IPHAN e pela Procuradoria Federal da AGU junto ao Instituto que mostrou-se favorável através do Parecer n.º: 14/2009 - PF/IPHAN/SEDE/MCBS, datado de 27 de outubro p.p. O século XVIII em Minas foi palco da mais intensa força de criação do período colonial nos mais diversos campos artísticos. A sociedade erguida em função da riqueza da mineração, soube viver como um todo um período de glórias e de fausto, cuja produção artística, numa visão global, não teve paralelo no Brasil. Essa sociedade barroca, diversa em sua constituição étnica, construída sob a efígie da Contra-Reforma e vivendo as dúvidas do homem de sua época - o dilema do espírito e da carne, o simbolismo empírico - marcaria seu tempo principalmente por sua manifestação criadora na área da arquitetura, em especial no campo religioso com a presença constante das capelas, passos, oratórios e cruzeiros na construção do espaço e da paisagem mineira colonial. Dentro deste mundo ritualístico, a igreja secular tinha o papel de principal promotora das festividades religiosas/profanas, ao lado do Senado da Câmara, representante do Poder Real. As Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias possuíam um calendário completo destas solenidades, que aconteciam no espaço interno da capela de cada instituição religiosa: missas, exéquias, *te deums*, batizados, posses de mesa, novenas, entre outros ritos, alimentavam a vida social dos núcleos urbanos da Minas setecentista e no espaço social público onde as procissões eram sinônimo de ocasião de exibir e externar a devoção, a riqueza, o poder e a posição social de cada classe dentro daquele mundo barroco construído em Minas sobre uma nova conjuntura sociocultural. Estas cerimônias tinham todo um acompanhamento, indispensável à teatralidade do espírito barroco, no qual a música teve papel prioritário, já que o repertório era composto exclusivamente para o cerimonial de cada sodalício religioso pelos "mestres" da arte da música: motetos, responsórios, matinas, antífonas, missas, novenas, multiplicavam-se por toda a Minas barroca numa originalidade ímpar, como nos demonstrou Kurt Lange no seu trabalho pioneiro: "*cada festa*

religiosa tinha sua música própria, tocada por um grupo musical dirigido por um mestre ligado à Irmandade ou Ordem Terceira por contrato de serviço que valia por determinada temporada, em geral correspondente ao ano fiscal da Mesa diretiva.” O segundo acompanhamento indispensável a estes rituais, e à própria vida civil, eram os toques dos sinos que, hoje quase esquecidos, aparentam aos olhos leigos meros enfeites compositivos das torres-sineiras, diferentemente do olhar de outras eras, como definiu poeticamente o dramaturgo e teatrólogo **Jota Dangelo**: “*Os pés de hoje cobrem esses lajedos sem pensar que houve tempo em que se andava como se essas calçadas fossem brasas. Nos ovais das sineiras recortadas os sinos silenciam suas bocas. Incorporaram ao bronze das bacias anúncios que fizeram de outros dias, coroações de reis, rainhas loucas, novenas e missas de agonia.*” A importância dos sinos nas antigas comunidades cristãs tornou seus campanários elementos referenciais do urbanismo e, na sua transposição para o Brasil, elemento formal de maior importância na evolução do partido arquitetônico da igreja mineira no século XVIII. Com o passar dos anos, e com o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo colonial mineiro como nos demonstrou Sylvio de Vasconcellos, as torres e os sinos tornaram-se verdadeiros símbolos visuais da estrutura plástica das igrejas e de sua inserção na paisagem urbana das vilas do ouro mineiras. Nelas, os sinos e os sineiros, eram os expectadores privilegiados do cotidiano da cidade, e seus eloquentes e capacitados tradutores dos ritos do cotidiano, numa sociedade como sabemos, estruturada sobre os símbolos da fé Tridentina e do absolutismo, que tinha na presença marcante da igreja católica o reflexo mais marcante da cultura mineira setecentista. Neste sentido, quando refletimos sobre o significado da linguagem dos sinos na cultura do lugar em Minas Gerais, estamos falando na verdade de veículos de manifestação cultural ligados a uma das formas de comunicação das mais antigas da civilização ocidental. Falamos também de uma cultura enraizada de maneira antropológica, que trabalha o sentido da memória ora associada ao significado da igreja como geratriz de uma série de relações urbanas, sociais, culturais, e também de sentido de permanência e pertencimento a um sistema barroco ainda presente em várias cidades de Minas como demonstrou as informações contidas no dossiê descritivo produzido entre 2001-2009 sobre a coordenação e orientação do Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN intitulado: “*O Toque dos Sinos em Minas Gerais: tendo como principal referência a cidade de São João Del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes*”. Consideramos importante ressaltar neste momento um

pouco da história desse registro, lembrando como está registrado no dossiê, que a iniciativa para o registro do *Toque dos Sinos em Minas Gerais* partiu de uma demanda da comunidade são-joanense manifestada por ocasião de conferência sobre o toque dos sinos de São João Del - Rei³, proferida pelo então Secretário de Cultura de Minas Gerais e membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, hoje Prefeito da cidade de Ouro Preto. A formalização do pedido foi encaminhada pela Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais⁴ ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 13 de agosto de 2001 e, naquela ocasião, dizia respeito ao registro dessa forma de expressão na cidade de São João Del - Rei exclusivamente. A pesquisa teve início em 2002, sob a coordenação inicial do historiador do IPHAN Jairo Braga Machado, que trabalhou com a colaboração de pesquisadores e consultores especialmente contratados com o apoio da atual UFSJ, conforme já mencionado anteriormente. A pesquisa foi referenciada inicialmente pelos trabalhos dos pesquisadores: Maria do Carmo Vendramini “Sobre o sino nas igrejas brasileiras” publicado em 1981 no anuário alemão *Musices Aptatio*⁵; o texto do arquiteto e pesquisador do toque dos sinos de São João Del-Rei, prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo, da Universidade Federal de Minas Gerais “Os Sinos da Quaresma, Mensageiros da Alma Barroca Mineira⁶”, que colaborou também como consultor técnico na elaboração deste parecer e o texto do professor e pesquisador são-joanense Aluizio José Viegas “A Linguagem dos Sinos de São João Del-Rei”. No decorrer da pesquisa, entretanto, verificou-se que apesar de São João Del-Rei guardar o código sonoro na sua versão mais íntegra e complexa, com uma gama de especificidades e singularidades no que se refere a prática dos seus toques dos sinos (o que foi confirmado ao final do dossiê). Também verificou-se ser essa expressão uma constante em outras cidades do ciclo do ouro em Minas Gerais. Neste sentido, tornou-se claro, portanto, que o território a ser pesquisado necessitaria de uma ampliação, o que foi feito em relação às cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Nessa ampliação de foco segundo os termos do dossiê: ***“a inexistência de informações sistematizadas sobre o tema em outras localidades instou a instituição a decidir pela necessidade de um estudo circunstanciado sobre essa forma de expressão em um território cultural ampliado. Afinal, assim como toda e qualquer prática cultural, o toque dos sinos extrapola, especialmente por sua dimensão sonora, quaisquer fronteiras político-administrativas estabelecidas arbitrariamente pelos homens”***. Tendo em vista todas essas circunstâncias e estabelecidos os entendimentos entre o

DPI e a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais acerca da ampliação do território a ser inventariado, tratou-se de dar continuidade à instrução técnica do processo, procedendo-se à pesquisa e documentação nas cidades selecionadas contando como parceiros nestas fases, tanto a empresa Santa Rosa Bureau Cultural como a ONG Núcleo Brasileiro de Percussão. Finalizado o processo em 2009, concluiu-se principalmente a cerca de duas observações fundamentais sobre essa importante referência cultural, foco desse parecer: *“os sinos e seus toques não são uma exclusividade de Minas Gerais e, tampouco, das cidades inventariadas, como já foi observado. Entretanto, foi de São João Del-Rei que partiu a demanda para o seu reconhecimento e nessa cidade as condições de produção, circulação e reprodução dessa tradição cultural são peculiares, especiais, sem paralelo nas demais cidades inventariadas ou em tantas outras no próprio estado de Minas Gerais e no restante do país.”* Neste sentido, destacamos o belíssimo e importante dossiê montado pela competente equipe do IPHAN da qual saliento os nomes de Márcia Sant'Anna - **Diretora de Patrimônio Imaterial**; Ana Gita de Oliveira - **Coordenadora Geral de Identificação e Registro**; Cláudia Marina Vasques - **Coordenadora de Registro**; - Leonardo Barreto - **Superintendente do IPHAN em Minas Gerais** e Jairo Braga Machado do **Escritório Técnico do IPHAN em São João Del-Rei**; Quero ressaltar ainda que na elaboração deste parecer contei com a competente e dedicada colaboração e consultoria técnica do Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo, o qual agradeço profundamente. Me permitam agora principalmente como são-joanense, falar do tema tratado nesse parecer com mais emoção e tentar colocar para os meus ilustres companheiros de Conselho, o que significa culturalmente, de uma maneira mais plena, esse ato que o Conselho do IPHAN vem hoje à São João Del-Rei examinar. Ressaltamos que a história dos sinos dentro das tradições culturais de São João Del-Rei é talvez uma das suas mais importantes identidades culturais. Neste sentido, podemos lembrar que há gerações que São João Del-Rei é conhecida historicamente como *“a terra onde os sinos falam”*, tendo impressionado desde o século XIX diversos visitantes que posteriormente tornaram-se ilustres memorialistas das tradições da histórica cidade. Entre esses, salientamos primeiro aqui o naturalista inglês Richard Burton que visitou a cidade por volta de 1840 e o jornalista e escritor carioca Carlos de Laet, que passou uma temporada em São João Del-Rei por volta de 1894. O primeiro deixou registrado o seguinte sobre a tradição da linguagem dos sinos utilizada na cidade: *“... Em São João Del Rei, ouvimos o toque de sinos de Oxford: durante todo o dia e metade da noite, escutava-se o "dobre", toque vagaroso, quando é usada a corda, e o*

"repique", toque ligeiro, em que o badalo é manejado com a mão. Era uma "fornalha de música", uma "sinfonia de tempestade..."." E o segundo as seguintes constatações: “ *...Dos sinos de São João não se poderá dizer que como em outras cidades estão emudecidos pelo progresso dos tempos. Soam a miúdo e talvez mais freqüentes que de razão. Todo membro de qualquer irmandade confraria ou ordem terceira tem, quando morre, inconcusso direito a dobres funéreos, que mais crebros se tornam se o defunto exerceu cargo ou dignidade. Ora, como, em geral, o são-joanense faz parte de diversas corporações religiosas, raro é o óbito que durante o dia inteiro não faça gemer o bronze de muitos campanários...*” Entre os nossos contemporâneos ilustres, ressalto ainda a figura do jornalista. Acadêmico e escritor Otto Lara Resende que lembrando certa vez sua infância em São João Del Rei afirmou: “*Quem quiser descrever o universo tem que falar da sua própria aldeia. E minha aldeia é formada por sinos, igrejas barrocas e as imagens da infância em São João Del-Rei*” e também do nosso saudoso tio, o Presidente Tancredo de Almeida Neves, também ex-Ministro da Ordem de São Francisco, que numa das suas últimas entrevistas para televisão antes da sua eleição a Presidente a 15 de janeiro de 1985, enfatizava sobre a importância da linguagem dos sinos em São João Del-Rei afirmando “*... Em São João Del-Rei nos somos dominados por dois sons: primeiro o som dos sinos. São João Del-Rei é a Capital dos sinos, talvez no Brasil ela seja a cidade que mais se toque sinos, e os sinos de lá tem linguagem própria. Lá têm toques de alegria, os toques de tristeza e tem os toques característicos da cidade, de forma que a cidade sabe o que está acontecendo, o que não está acontecendo e o que vai acontecer...*” Também nos documentos seculares das igrejas são-joanenses, guardados nos registros de antigas atas das Ordens Terceiras e Irmandades e Confrarias da cidade podemos comprovar essa devoção que hoje registramos aqui oficialmente. O Trecho que leio a seguir foi retirado do livro de atas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis em 1917: “ *Quando em 1830 a Mesa administrativa da época tratou de melhorar o nosso majestoso templo, que é um padrão inabalável da fé viva e ardente dos nossos antepassados, ouviu-se logo do alto do campanário o som melodioso e argentino do sino que por 88 anos bimbou festivo convocando os fieis ao culto dos altares ou dobrou a finados lamentando a partida de um irmão para a vida do além. Quando em princípios de abril de 1916 correu a notícia que o sino de São Francisco quebrara-se, se entristeceu toda a população que se habituara a ouvir de longa data o sino que presidiu o nascimento dos nossos pais. A mesa administrativa atual querendo preencher essa lacuna*

fundamental na nossa cultura religiosa, tratou logo de buscar adquirir outro sino que o substituísse...” Citado esses trechos, tenho a certeza que esse registro que agora fazemos é a valorização de um dos mais ricos patrimônios imateriais brasileiros, pois se trata de valorizar principalmente o que considero como são-joanense a alma da nossa cidade e uma das manifestações culturais mais reconhecidas pela comunidade como sua própria identidade. O verso que leio a seguir foi retirado do poema Procissões, de autoria da são-joanense Prof^ª. Historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado: ***“Em São João Del Rei, procissões são orações e musicalidade das Minas Gerais. São murmúrios entoados nos sons policromáticos dos sinos. São celebrações a fazer da vida eles transcendentais.”*** Finalizando me veio na lembrança uma frase proferida pelo Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre outro distinto antigo sineiro da cidade nos seus tempos de meninice que foi o nosso também conterrâneo Embaixador Gastão da Cunha. Disse o Dr. Rodrigo sobre o mesmo ao abrir a exposição do seu centenário de nascimento em 1963 em São João Del-Rei: ***“ A perenidade da pátria mantém-se, acima de tudo, pela memória de seus filhos insignes. São João Del - Rei forneceu à nação brasileira algumas de suas figuras aureoladas. Gastão da Cunha procurou seguir na esteira alvinitente dos pró-homens da nacionalidade. A exposição, que ora vai ser inaugurada, oferece o exemplo de sua vida e sua obra como inspiração à mocidade de São João De l- Rei, de Minas Gerais e de todo o país.”*** Sobre essa sua reflexão penso hoje, quase 50 anos depois de proferidas essas palavras, onde o patrimônio ampliou seus rumos de ação e a cultura imaterial está hoje entre as manifestações mais valorizadas na política de nossa atuação, que seria correto também afirmar que São João Del-Rei têm sido ao longo desses anos uma cidade de profunda maturidade cultural, tendo recebido recentemente o Título de Capital Brasileira da Cultura e que o ato que aqui hoje se consolida é também (ainda que sob um novo enfoque), uma obra de inspiração à mocidade de São João Del-Rei e de Minas, para que a mesma continue sendo a promotora de um dos símbolos de vitalidade mais importantes e certamente uma das lutas mais bem sucedidas do ponto de vista cultural, da manutenção da preservação do patrimônio imaterial no nosso país. Pelo exposto, somos de parecer favorável, conforme sugerido pela presidência deste Instituto, ao duplo registro: a inscrição do Toque dos Sinos em Minas Gerais no livro de registros das formas de expressão e a inscrição do Ofício de Sineiro no livro de registros dos Saberes, por ser ele o principal responsável pela transmissão desse saber em bases tradicionais, como patrimônio cultural brasileiro. São João Del - Rei, 03 de dezembro de 2009. Breno Bello de Almeida Neves.

Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN. LANGE, Francisco Curt. "Descoberta da Música Barroca em Minas". p. 16. DANGELO, Jota. *O Aleijadinho de Vila Rica* (Espetáculo de som e luz realizado em Ouro Preto no ano de 1978). Manuscrito do autor, p.1. ³ A grafia correta do nome da cidade de São João Del-Rei, assim como de seu adjetivo gentílico, são-joanense, foi definida pela Lei Municipal 4.253 de 15 de dezembro de 2008 por iniciativa do vereador Adenor Luiz Simões Coelho. ⁴ Conforme consta do OF/SEC/GAB/920/01, a palestra foi proferida durante o evento "Inverno Cultural" da Funrei da Universidade Federal de São João Del - Rei e o requerimento apresentado pedia o registro do Toque dos Sinos da cidade de São João Del-Rei, Minas Gerais. ⁵ VENDRAMINI, Maria do Carmo. "Sobre os sinos nas igrejas brasileiras." In: *Musicae Sacrae Brasiliensis*. Roma: Urbaniana University Press, 1981. ⁶ Texto impresso apresentado ao Iphan em 2002." Como adendo deste parecer, sugiro à Presidência do IPHAN, já que os registros que agora fazemos do toque de sinos e da profissão de sineiro tem relação direta com seu substrato, ou seja, o sino como artefato, seja incluído, a partir da criação de metodologias e critérios de intervenção, nas exigências e recomendações de restauro aprovados nos monumentos tombados pelo IPHAN. Quem entende de patrimônio sabe o porquê desse pedido. Muito obrigado e Viva São João del-Rei". O Presidente agradeceu ao Conselheiro Relator, Conselheiro Breno Neves, e concedeu a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para a seguinte manifestação: "Queria parabenizar o Conselheiro Breno Neves pelo seu parecer e fazer um destaque na referência que ele fez à presença em São João del-Rei do maior aventureiro do século XIX, Richard Burton, primeiro tradutor das **Mil e Uma Noites** para uma língua ocidental, homem que falava inúmeras línguas, primeiro branco que conseguiu chegar disfarçado de árabe em Meca e, com essa capacidade de falar muitas línguas, teve sensibilidade para apreciar os sinos em São João del-Rei, parabéns." A Conselheira Myriam Ribeiro tomou a palavra para os seguintes comentários: "Complementando o que foi dito no belo parecer do Conselheiro Breno Neves, queria dizer que tenho tido a oportunidade de trabalhar muito sobre o patrimônio de São João del-Rei elaborando um Guia de São João e Tiradentes, em parceria com meu colega Olinto Rodrigues dos Santos Filho, aqui presente. Uma coisa salta aos olhos, São João del-Rei não tem apenas o toque dos sinos, tem todo um patrimônio imaterial. Ouro Preto é a cidade mineira que melhor conservou o patrimônio arquitetônico, mas não resta dúvida que São João del-Rei é a cidade que melhor conservou todo um conjunto de tradições, de saberes, de festas. Essa cidade tem um calendário de festas que começa no dia primeiro de janeiro e acaba no dia 31 de

dezembro, mês a mês. Todas essas festas acompanhadas por orquestras, há duas que datam da época colonial, ainda em funcionamento. Então, o toque dos sinos é um aspecto de um conjunto muito mais amplo, merecedor de estudos mais aprofundados, registrando outras manifestações, sobretudo as Semana Santa, como um conjunto. Além dos sineiros, essa cidade tem ainda os santeiros, os marceneiros, os pintores, sem falar nos músicos. Portanto, estamos possivelmente na cidade brasileira que melhor conservou até os dias de hoje todas essas atividades. Devemos imaginar essas igrejas em funcionamento, o toque dos sinos é um dos aspectos de um conjunto mais amplo.” O Presidente tomou a palavra para as seguintes informações: “Obrigado Conselheira. O IPHAN, dentro da estratégia de consolidação da política do patrimônio imaterial no Brasil, está atento a isso. Neste ano foi contratado um fotógrafo que fez a documentação da Semana Santa de São João del-Rei, já como parte de um possível processo de registro. Isso é absolutamente limitado diante da grande expressão do patrimônio cultural das cidades do ciclo do ouro, principalmente de São João del-Rei, mas acho que a consolidação dessa política de patrimônio imaterial, principalmente o esforço de estabelecermos agora a transversalidade dessas políticas dentro da construção dos Planos de Ação nas cidades, permitirá maior objetividade, maior celeridade nesses processos.” O Conselheiro Luiz Phelipe Andrès pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Queria parabenizar o Conselheiro Breno Neves pelo seu belíssimo parecer, cumprimentar o Departamento do Patrimônio Imaterial por esse trabalho magnífico, que considero a exaltação do conceito de patrimônio imaterial. Sinto-me privilegiado por estar em São João del-Rei nesta reunião. Surpreendi-me porque julgava o toque dos sinos algo oriundo de uma fonte gregoriana, e me emocionei ao saber que essa manifestação impressionante é mais oriunda das expressões livres do negro, do ritmo da sua musicalidade que marcou todas as outras formas de expressão da nossa música. Que é surpreendente a beleza, e que são jovens que continuam essa tradição, me deixou surpreendido e mais emocionado. Obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres para os seguintes comentários: “Também fico muito emocionada, nada mais eloqüente que o parecer emocionadíssimo do Conselheiro Breno Neves e toda participação dos sineiros e da população, estamos vendo o que chamamos patrimônio vivo. Gostaria de endossar as palavras do Conselheiro Luiz Phelipe Andrès e lembrar o que realmente me encantou nesse processo: a riqueza da linguagem, o toque dos sinos como uma linguagem que tem um lado de codificação, que vem de Portugal. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Jeferson Dantas Navolar para os

seguintes comentários: “Inicialmente gostaria de parabenizar o Conselheiro Breno Neves pela capacidade de nos demonstrar a importância dessa iniciativa do Conselho e expressar a importância do sino como um ser social. A compreensão que a população ainda tem da representação de cada toque, nos mais diversos eventos do ano, deve ser ressaltada. A comunicação que o sino propicia, a união que esse patrimônio imaterial produz na população deve também ser considerada como de extrema importância para a preservação desse patrimônio imaterial. Obrigado.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado Conselheiro. Mais algum Conselheiro deseja falar? Vou colocar em votação as propostas de registro do **Toque de Sinos em Minas Gerais, tendo como referencia a cidade de São João del-Rei e a cidade de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes**, no Livro de Registro das Formas de Expressão, e do Ofício de Sineiro, no Livro de Registro dos Saberes, como patrimônios culturais do Brasil. Peço aos Senhores Conselheiros favoráveis que se manifestem levantando a mão. Considero então aprovado como Patrimônio Cultural do Brasil.” O Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Caro Presidente Luiz Fernando de Almeida, Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros. Para as nossas cidades históricas, as cidades do ouro e do diamante, é uma alegria muito grande que começa a ser comemorada com o repique dos sinos de São João del-Rei. Esse processo, no IPHAN, passou por um levantamento criterioso que nos dá um rico conhecimento sobre toda a matéria. O Conselheiro Breno Neves fez um trabalho perfeito, abrangente, só nos resta agradecer ao IPHAN o privilégio da inscrição do toque dos sinos de São João del-Rei e das demais cidades históricas de Minas Gerais como patrimônio imaterial. Quero cumprimentá-lo pela realização desse encontro em São João del-Rei. O tombamento do Conjunto Ferroviário de Campo Grande não podia ter melhor lugar para ocorrer, porque São João del-Rei é também um centro ferroviário, com sua estação de 1881. Um dos primeiros tombamentos ferroviários do Brasil aconteceu exatamente aqui, no centenário dessa estação do oeste de Minas, vemos agora ser destacado o noroeste do Brasil. Também o tombamento de Iguape, cidade histórica que merecia essa inscrição no patrimônio nacional, ocorrer aqui em São João, cidade que tem tudo para ser uma baliza, cidade que recebeu do IPHAN um tratamento diferenciado de outras, como Ouro Preto, porque se julgou que havia algumas manchas do século XVIII e não se percebeu a importância do século XIX, nem a efervescência do século XX, mais ou menos o que

acontece em Iguape. Como também Paranaguá, acho muito simbólico que esses tombamentos tenham ocorrido aqui. As nossas cidades se reencontram. A Associação Brasileira das Cidades Históricas foi criada para isso. Com todo o apoio e incentivo do IPHAN e do Ministério da Cultura, vamos ter um seminário nos próximos dias, em Ouro Preto, continuando esse trabalho. Então a nossa palavra é de congratulação, de alegria, estamos todos, como diz o poema de Oswald de Andrade: ‘na algazarra dos sinos processionais de Minas e dentro do eterno silêncio de Minas Gerais’, uma comparação que ele faz - no profundo silêncio de Minas Gerais nós encontramos esse caminho do patrimônio cultural brasileiro como uma luz para o desenvolvimento pleno do nosso país. Parabéns ao Presidente Luiz Fernando, e aos Conselheiros do IPHAN, técnicos, membros da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais; Superintendente do IPHAN em Minas Gerais, Leonardo Barreto; A comunidade de São João del-Rei, Presidente do Instituto Histórico, nosso ex vereador e Secretário de Cultura presentes aqui, me congratulo com todos. É um dia histórico, uma alegria muito grande para a alma de Minas Gerais. Obrigado.” O Presidente agradeceu ao Prefeito de Ouro Preto e encerrou a sessão, convidando os membros do Conselho para que se aproximassem do balcão do Salão Nobre a fim de melhor apreciar um apresentação dos sineiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual, eu Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os membros do Conselho.

Luiz Fernando de Almeida

Anna Maria Serpa Barroso

Angela Gutierrez

Breno Bello de Almeida Neves

Claudia Maria Pinheiro Storino

Heloisa Helena Costa Ferreira

Italo Campofiorito

Jeferson Dantas Navolar

Jorge Lucien München Martins

Jurema de Sousa Machado

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès

Maria Cecília Londres Fonseca

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira

Roque de Barros Laraia

Rosina Coeli Alice Parchen

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses